

## Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas?<sup>1</sup>

Juliana Sakai  
Natália Paiva<sup>2</sup>

### 1. Introdução

Principais órgãos auxiliares do Poder Legislativo na fiscalização dos recursos públicos, os Tribunais de Contas brasileiros são ocupados majoritariamente por ex-políticos de carreira. Muitos fazem parte de clãs políticos locais e vários são homens públicos de reputação nada ilibada. Essas são as conclusões do levantamento realizado pela Transparência Brasil sobre a vida pregressa de todos os 233 conselheiros em exercício nas 34 cortes.<sup>3</sup>

Do total, 80% ocuparam, antes de sua nomeação, cargos eletivos ou de destaque na alta administração pública (como dirigente de autarquia ou secretário estadual, por exemplo); 23% sofrem processos ou receberam punição na Justiça ou nos próprios Tribunais de Contas; e 31% são parentes de outros políticos – em alguns casos, foram nomeados pelos próprios tios, primos ou irmãos governadores. Para completar, devido a ordem judicial sete deles estão afastados das cortes em caráter preventivo, suspeitos de envolvimento em esquemas de corrupção.

No caso do grupo de conselheiros que jamais ocuparam algum cargo eletivo nem foram secretários de governo, a taxa de processados é de 6%. Entre os conselheiros que são políticos profissionais – e, portanto, tiveram mais oportunidades de malversar o dinheiro público antes de assumir a corte –, a porcentagem é bem maior: 27%. O grupo de conselheiros que são parentes de políticos também tem mais processos do que o grupo dos sem parentes políticos: 27% e 21%, respectivamente.

Nada disso é fenômeno atual, no entanto. A Transparência Brasil, em parceria com a americana Brown University, levantou o perfil de ex-conselheiros desde 1988 e os números são ainda piores. Dos 99 perfis analisados, 30% têm ocorrências na Justiça ou nos próprios Tribunais de Contas e 55% possuem parentesco político.

### 2. Reputação ilibada

Dos 233 conselheiros, 53 possuem 104 citações ou condenações na Justiça e nos Tribunais de Contas. O tipo de ação mais comum é o de improbidade administrativa: são 44 ações que envolvem violações aos princípios administrativos, dano ao erário e enriquecimento ilícito, atingindo 26 conselheiros. O segundo tipo de infração mais comum é peculato (apropriação de dinheiro ou bem por servidor público) com 12 ações, seguido de ações de nulidade da nomeação

---

<sup>1</sup> Este relatório é uma atualização do levantamento publicado pela Transparência Brasil em maio de 2014, disponível aqui: [http://excelencias.org.br/docs/tribunais\\_de\\_contas.pdf](http://excelencias.org.br/docs/tribunais_de_contas.pdf)

<sup>2</sup> Coordenadora de pesquisa e diretora-executiva, respectivamente. Pesquisa realizada adicionalmente por Bianca Berti e Vitória Lorente.

<sup>3</sup> Tribunal de Contas da União (TCU), 27 Tribunais de Contas do Estado (TCE) e do Distrito Federal, 4 Tribunais de Contas de Municípios dos Estados (Pará, Goiás, Ceará e Bahia) e dois Tribunais de Contas do Município (São Paulo e Rio de Janeiro). Cada tribunal tem 7 conselheiros, com exceção do TCU com 9 e do TCM-SP com 5. Ao todo seriam 238 conselheiros, mas 5 posições estão vagas devido à aposentadoria de seus titulares.

ao cargo de conselheiro (8 ações cada), corrupção passiva (7 ações), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro (6 ações cada).

Não foram contabilizados casos de suspensão penal, em que a procuradoria propõe ao acusado a suspensão do processo em troca de exigências legais. Este foi o caso do Ministro Augusto Nardes, do TCU, que respondia a ação penal nº 363/2003 no STF por omissão de declaração em prestação de contas eleitorais da sua campanha a deputado federal em 2002. Nardes firmou acordo com a Procuradoria-Geral da República, em troca da realização de oito palestras sobre o sistema democrático e o processo eleitoral em escolas da rede pública do Distrito Federal e o depósito de R\$ 1 mil para o programa Fome Zero.

Na tabela I, são apresentados os tipos de ocorrência por frequência. A soma supera 104 porque um processo pode conter mais de um crime ou infração.

**Tabela I - Tipos de infrações**

Tipificação	Nº de ocorrências
<i>Improbidade administrativa</i>	44
<i>Peculato</i>	12
<i>Nulidade da nomeação como conselheiro</i>	8
<i>Corrupção passiva</i>	7
<i>Lavagem de dinheiro</i>	6
<i>Formação de quadrilha</i>	6
<i>Contas eleitorais rejeitadas</i>	5
<i>Irregularidades em prestação de contas de gestão</i>	4
<i>Ordenação de despesas não autorizadas em lei</i>	4
<i>Falsidade ideológica</i>	4
<i>Conduta vedada a agente público</i>	3
<i>Crime da Lei de Licitações</i>	3
<i>Inquérito penal</i>	3
<i>Compra de votos</i>	1
<i>Porte ilegal de armas</i>	1
<i>Uso irregular de recursos públicos</i>	1
<i>Prevaricação</i>	1
<i>Irregularidade em contratos</i>	1
<i>Abuso de poder econômico</i>	1
<i>Crime contra ordem tributária</i>	1
<i>Acumulação indevida de cargos em comissão</i>	1
<i>Prestação de contas eleitorais não apresentada</i>	1
<i>Cumulação de benefícios</i>	1
<i>Tortura</i>	1
<i>Nepotismo ou nepotismo cruzado</i>	1
<i>Venda fictícia</i>	1
<i>Acumulação indevida de cargos em comissão</i>	1
<i>Associação criminosa</i>	1

Dos 34 tribunais, apenas 6 não têm nenhum conselheiro com citação: TCE-TO, TCE-PE, TCM-SP, TCE-BA, TCE-PB e TCE-MA.

Separando dados por Tribunal, os TCEs de Goiás e Amapá são os que têm mais conselheiros com pendências na Justiça e nos Tribunais de Contas (4 de 7). Depois vêm Sergipe, Roraima, Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro, com 3 dos 7 conselheiros com pendências.

**Tabela II – Conselheiros com ocorrências, por Tribunal**

Tribunal	Conselheiros com ocorrências	Total de conselheiros
TCE-GO	4	7
TCE-AP	4	7
TCU	3	9
TCM-GO	3	7
TCE-MT	3	6
TCE-RR	3	7
TCE-SE	3	7
TCE-RJ	3	7
TCE-ES	2	7
TCE-SP	2	7
TCE-PI	2	7
TCE-AL	2	6
TCM-PA	2	7
TCE-MS	2	7
TCE-PR	2	7
TCM-CE	1	7
TCE-RN	1	7
TCE-RO	1	7
TCE-PA	1	6
TCE-RS	1	7
TCM-RJ	1	6
TCE-CE	1	7
TCE-SC	1	7
TCE-AM	1	7
TC-DF	1	7
TCE-AC	1	7
TCM-BA	1	7
TCE-MG	1	7

### Condenados

Das 18 condenações, há 7 por improbidade administrativa, 5 por desaprovação de contas eleitorais, 4 por irregularidades em prestação de contas de gestão, uma por falsidade ideológica e uma por irregularidade em contratos

Tabela III - Conselheiros condenados

TC	Conselheiro	Punição
TCU	Aroldo Cedraz de Oliveira	Teve reprovada a prestação de contas referente à sua campanha eleitoral de 2002 para deputado federal ( <a href="#">TRE-BA - Prestação de contas nº 53696.2002.605.0000</a> ).
TCE-AL	Cícero Amélio da Silva	Condenado, em 1ª instância, em ação civil de improbidade administrativa (dano ao erário) movida pelo Ministério Público Estadual. A ação decorre da deflagração da Operação Taturana. O conselheiro, então deputado estadual, e os demais condenados foram responsabilizados por crimes de enriquecimento ilícito, com apropriação de recursos públicos: pediam empréstimos pessoais no Banco Rural S/A que depois eram pagos com recursos da própria Assembleia Legislativa. O processo está sob sigilo de Justiça. Os condenados recorrem em 2ª instância ( <a href="#">TJ-AL - Comarca de Maceió - Ação civil pública nº 0042688-60.2011.8.02.0001</a> ).
TCE-ES	Sérgio Manoel Nader Borges	Foi condenado por improbidade administrativa, juntamente com José Carlos Gratz, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo à época, e André Luiz Cruz Nogueira, diretor-geral à época, em ação civil pública movida pelo Estado e pelo Ministério Público Estadual do Espírito Santo. Os condenados estavam envolvidos em fraudes relacionadas ao pagamento de indenizações de diárias e ajuda de custo para viagens que nunca foram realizadas. Em 1ª instância, Sérgio Borges teve seus direitos políticos suspensos por oito anos e foi multado em R\$ 15 mil, ficando proibido de contratar com o poder público por dez anos. O conselheiro recorreu da decisão em 2ª instância, mas o Tribunal manteve a condenação, alterando a pena, reduzindo a multa civil e afastando a suspensão dos direitos políticos. O conselheiro recorre em 3ª instância ( <a href="#">TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação civil pública nº 0701437-23.2007.8.08.0024</a> ; <a href="#">TJ-ES - Recurso especial nº 201300541697</a> ; <a href="#">STJ - Recurso especial nº 0701437-23.2007.8.08.0024</a> ).  O TCU julgou irregulares as contas dos responsáveis pela Telest em 1992, quando o conselheiro era presidente da companhia, por dispensa de licitação irregular. Foi multado e recorreu, mas o Tribunal manteve a condenação ( <a href="#">TCU - Acórdão nº 25/1999</a> ).
TCE-GO	Kennedy de Sousa Trindade	O conselheiro foi condenado por improbidade administrativa devido à contratação indevida e sem licitação da empresa Fuad Rassi Engenharia para a execução de obras de prisões e hospital em Goiânia, quando presidia o Consórcio Rodoviário Intermunicipal (Crisa) em 1996; além disso, o contrato sofreu reajustes irregulares. A Justiça determinou ao conselheiro o pagamento de multa de R\$ 452,6 mil e a suspensão dos direitos políticos por quatro anos. O conselheiro recorreu da decisão e teve seu recurso parcialmente provido, reduzindo a multa a ser paga a R\$ 186 mil, que posteriormente foi atualizada para R\$ 198,4 mil ( <a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária de Goiás - Ação civil pública nº 2001.35.00.006019-3</a> ; <a href="#">TRF-1 - Apelação nº 2001.35.00.006019-3</a> ).

TCE-RR	Henrique Manoel Fernandes Machado	<p>Condenado, pelo Superior Tribunal de Justiça, por falsidade ideológica. A pena, de dois anos e seis meses de prisão, foi substituída por prestação de serviços à comunidade e multa.</p> <p>Em processo de regularização fundiária do Incra-RR, o conselheiro, então prefeito de Alto Alegre (RR), afirmou não exercer nenhum mandato eletivo. Um mês após a condenação, o Tribunal decretou a prescrição de sua punibilidade (<a href="#">STJ - Ação penal nº 239/2009</a>).</p> <p>Não apresentou a prestação de contas referente à campanha de 1994 a deputado estadual (<a href="#">TSE - Recurso contra expedição de diploma nº 539/1995</a>).</p>
TCE-RR	Marcus Rafael de Hollanda Farias	<p>Foi condenado, em 1ª instância, por improbidade administrativa com dano ao erário. A Justiça determinou ressarcimento aos cofres públicos, pagamento de multa e proibição de contratação com o poder público e de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios. A ação está relacionada ao Escândalo dos Gafanhotos, esquema de desvio de recursos públicos por meio de contratação de funcionários fantasmas. Recorre no STF (<a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária de Roraima - Ação civil pública nº 2005.42.00.002268-0</a>; <a href="#">STF - Recurso extraordinário nº 876784/2015</a>).</p>
TCE-SP	Sidney Estanislau Beraldo	<p>As contas de sua campanha eleitoral de 2002 foram reprovadas. O conselheiro entrou com recurso, mas a decisão foi mantida. (<a href="#">TRE-SP - Prestação de contas nº13678/2002</a>)</p>
TCE-SE	Maria Angélica Guimarães Marinho	<p>Foi multada por não submeter ao TCE-SE documentos referentes ao exercício financeiro de sua gestão na Prefeitura de Japoatã: (<a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/072031</a>, <a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/076091</a>, <a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/076266</a>).</p> <p>A contratação de obras e serviços pela prefeitura de Japoatã, quando Maria Angélica Guimarães Marinho exercia o cargo de prefeita, foi julgada ilegal em 1996 (<a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/076219</a>).</p>
TCM-GO	Honor Cruvinel de Oliveira	<p>Teve as contas de campanha de 1998, referente à sua candidatura a deputado estadual, julgadas irregulares (<a href="#">TRE-GO - Prestação de contas nº 9109.1998.609.0000</a>).</p>
TCM-GO	Sebastião Monteiro Guimarães Filho	<p>Foi condenado, em 1ª instância, a ressarcir o erário pelo dano causado quando, então prefeito de Formosa, deixou de reter e recolher a contribuição previdenciária sobre o valor das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, contribuintes individuais e prestadores de serviços autônomos, de agosto de 2004 a dezembro de 2007. Embora a ação de improbidade administrativa tenha prescrito, o ressarcimento ao erário é imprescritível. O conselheiro recorre da condenação (<a href="#">TRF-1 Seção Judiciária de Formosa - Processo nº 4943.20.14.401350-6</a>; <a href="#">TRF-1 - Agravo de Instrumento nº 0016169-72.2015.4.01.0000</a>).</p> <p>Foi condenado, em 1ª instância, por improbidade administrativa às penas de suspensão de direitos políticos por quatro anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por três anos e pagamento de multa. O Ministério Público estadual já o havia acusado de usar recursos públicos para autopromoção por meio de propaganda, gerando prejuízo ao erário (<a href="#">TJ-GO - Comarca de Formosa - Ação civil pública nº 122529-24.2004.8.09.0044</a>).</p>

Em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual, foi condenado à suspensão de direitos políticos por três anos e pagamento de multa civil, por ter contratado ilegalmente sem concurso público, quando prefeito do município de Formosa. O conselheiro entrou com recurso, mas a condenação foi mantida. Ainda recorre da decisão ([TJ-GO - Comarca de Formosa - Ação civil pública nº 322549-60.2006.8.09.0044](#); [TJ-GO - Apelação cível nº 322549-60.2006.8.09.0044](#)).

TCM-PA

Sebastião Cezar Leão Colares

Teve a prestação das contas da campanha eleitoral de 2002 julgada irregular. Recorreu da decisão, que foi mantida ([TRE-PA - Prestação de contas nº 177149.2002.614.0000](#); [TSE - Agravo de instrumento nº 31605.2003.600.0000](#); [STF - Agravo de instrumento nº 476020/2003](#)).

### *Afastamentos e renúncias*

Atualmente sete conselheiros estão afastados preventivamente pela Justiça devido a indícios de envolvimento em esquemas de corrupção – quatro deles são do TCE-AP. Todos têm processo na esfera criminal, com exceção de Robson Marinho, do TCE-SP, cujo processo corre em esfera cível.

**Tabela IV - Conselheiros afastados**

Tribunal	Conselheiro	Motivo
TCE-AP	Manoel Antonio Dias	Afastado desde junho de 2012. Foi denunciado na Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, que investiga desvio de recursos de diversos órgãos do estado desde 2001.
TCE-AP	José Julio de Miranda Coelho	Idem
TCE-AP	Regildo Wanderley Salomão	Idem
TCE-AP	Amiraldo da Silva Favacho	Idem
TCE-CE	Teodorico José de Menezes Neto	Afastado desde junho de 2012. É réu em processo de formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato no "Escândalo dos Banheiros", um esquema de desvio de recursos de um convênio firmado para a construção de módulos sanitários.
TCE-ES	Valci José Ferreira de Souza	Afastado desde abril de 2007. É acusado de participar em esquema de fraudes em licitação, superfaturamento em obras e recebimento de propina.
TCE-SP	Robson Riedel Marinho	Afastado desde 2014. É acusado de envolvimento no caso dos cartéis do sistema metroferroviário de São Paulo.

Dois dos conselheiros que estavam afastados em 2014 acabaram renunciando ao cargo: Domingos Lamoglia (TC-DF) e Humberto Melo Bosaipo (TCE-MT). Bosaipo, que era réu em oito ações penais por peculato e lavagem de dinheiro no STJ e já havia sido condenado por improbidade administrativa, entrou com pedido de aposentaria – que, uma vez concedida, faria com que o conselheiro perdesse o foro privilegiado. Após a Justiça determinar a suspensão do processo de aposentadoria, o conselheiro renunciou ao cargo em dezembro de 2014, garantindo que seus processos fossem enviados à primeira instância.

Caso semelhante é o de Lamoglia, que renunciou em agosto de 2015. O conselheiro, que foi afastado dois meses após assumir o cargo em 2009, chegou a ser flagrado em vídeo recebendo dinheiro. Ele é acusado de envolvimento no Mensalão do DEM, supostamente comandado pelo ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, quem o nomeou ao cargo. Assim, após seis anos de tramitação no STJ, sua ação penal vai ser agora apreciada pela Justiça local.

Já o conselheiro e atual presidente do TCE-RR, Henrique Manoel Fernandes Machado, conseguiu voltar ao cargo em julho de 2014, após quase três anos de afastamento. Ele foi acusado de ser um dos mentores – juntamente com o ex-governador Neudo Campos (PP-RR), quem o indicou ao cargo – de um esquema de desvio de recursos públicos por meio da contratação de funcionários fantasmas, conhecido como o Escândalo dos Gafanhotos. Responde apenas por peculato, uma vez que o crime de formação de quadrilha já prescreveu.

### 3. Politização

Oito em cada dez conselheiros haviam ocupado, antes de sua nomeação, cargos eletivos (como prefeito, vice-prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador) ou de nomeação com destaque político, como dirigentes de empresa pública ou autarquia, secretário estadual ou municipal. Quase metade já foi deputado estadual (107).

São os ex-políticos que concentram a maioria dos processos. Considerando apenas os conselheiros com carreira política, 27% do grupo têm ocorrência – ao passo que entre os conselheiros sem histórico de cargos políticos a taxa é de apenas 6%.

**Tabela V - Cargos ocupados por conselheiros**

Cargo	Número de conselheiros
<i>Deputado estadual</i>	107
<i>Secretário estadual</i>	62
<i>Vereador</i>	48
<i>Dirigente de empresa pública, autarquia ou outras entidades da administração indireta</i>	37
<i>Secretário municipal</i>	29
<i>Prefeito</i>	22
<i>Procurador-geral</i>	17
<i>Deputado federal</i>	16
<i>Vice-prefeito</i>	9
<i>Senador</i>	3
<i>Ministro</i>	2
<i>Governador</i>	1

A forte politização dos Tribunais de Contas é facilitada por dois fatores. Primeiro, pela maneira leniente como a Constituição de 1988 trata as pré-qualificações desses agentes (arts. 71-75). As exigências se restringem a aspectos formais (ter entre 35 e 70 anos de idade e dez anos de experiência profissional correlata) e a critérios vagos de difícil verificação, como “idoneidade

moral”, “reputação ilibada” e “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública”.

O conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias, do TCE-AC, por exemplo, atuou como médico até sua nomeação pelo então governador do estado Orleir Messias Cameli (PPR), seu primo. A conselheira do TCE-GO Carla Cíntia Santillo, filha do ex-governador do estado e ex-conselheiro do TCE-GO Henrique Antônio Santillo, é formada em odontologia e foi deputada por quatro anos antes da nomeação. No TCM-BA, os conselheiros Fernando Vita e Paolo Marconi são jornalistas, tendo trabalhado em veículos de comunicação e assessorias de imprensa. Vita também é escritor de romances.

Segundo, pelo franco desrespeito à Constituição. Por lei, cabe ao Legislativo (Congresso, Assembleia ou Câmara, dependendo da corte) indicar 2/3 das vagas de conselheiros; o restante fica a cargo do Executivo, que deve alternar entre uma indicação livre, um membro do Ministério Público Especial de Contas (MPC) e um membro do corpo de auditores.

Na prática, a indicação política é a regra na escolha de conselheiros, o que faz com que as votações nas Assembleias, nas Câmaras e no Congresso sejam jogos de cartas marcadas – em geral tratados com naturalidade pelos políticos. Como consequência, apenas 22% de todos os conselheiros são promotores ou auditores, um déficit de 14 conselheiros em relação ao que deveria ser (2 de cada 7 vagas, ou seja, 28% do total).

Somando todas as cortes, há cinco vacâncias em função de aposentadorias. As vacâncias podem se estender por longos períodos justamente devido a disputas pela nomeação entre Executivo, Legislativo e associações ligadas às cortes – uns tentando nomear correligionários, parentes e aliados políticos; outros tentando encaixar quadros da promotoria e do corpo técnico de auditores.

Em agosto de 2015, a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCon) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATriCon) conseguiram [paralisar o processo de nomeação da vereadora Rosa Fernandes](#) (PMDB-RJ) para o TCM-RJ. No TCE-AL, [uma liminar da Justiça impediu que o conselheiro Fernando Toledo](#) (TCE-AL) fosse empossado em dezembro de 2014. Em ambos os casos, os representantes do Ministério Público pleiteiam na Justiça o direito de nomeação. No caso de Toledo, ele chegou a tomar posse do cargo, mas o processo que visa anular sua nomeação continua a tramitar na Justiça local. Além de irregularidades no processo de nomeação, o MP alega que Fernando Toledo não atende aos requisitos constitucionais de “reputação ilibada”.

Segundo a Polícia Federal, há inclusive casos nos quais a disputa política pela nomeação foi negociada por meio do pagamento de propina. Conforme fartamente reportado pela imprensa (entre outros, [O Estado de S. Paulo](#)), as investigações da Operação Ararath, que desmontou esquema de lavagem de dinheiro e crimes financeiros, apontam que a cadeira do conselheiro Sérgio Ricardo (TCE-MT), aliado de Blairo Maggi (PMDB-MT), teria custado R\$ 4 milhões. Segundo as investigações, para receber esse montante o ex-conselheiro e ex-deputado estadual Alencar Soares se aposentou cinco anos após sua nomeação ao cargo de conselheiro do Tribunal mato-grossense, abrindo a vaga para Sérgio Ricardo, que acabou nomeado em 2012.

A disputa acirrada por vaga é justificável. Além do poder de julgar as contas do Executivo, preservando os aliados e dificultando a vida de inimigos políticos – principalmente depois da Lei da Ficha Limpa (nº 135/2010) –, o cargo de conselheiro de Tribunal de Contas é aquinhado com vantagens consideráveis. Embora a Constituição Federal limite os salários dos servidores dos

Legislativos estaduais ao que recebe um deputado estadual, os estados equiparam seus conselheiros a desembargadores de Justiça, de forma que em quase todos os estados, o salário-base é de R\$ 30.471. Com as gratificações e outras vantagens, os contracheques chegam a superar os R\$ 50 mil mensais. Adicionalmente, os conselheiros ainda têm direito a auxílio-moradia, auxílio-alimentação, verbas indenizatórias, prerrogativa de nomear funcionários comissionados e vitaliciedade no cargo (com aposentadoria compulsória aos 70 anos). No caso específico do TCU, os conselheiros ainda são designados “ministros” e têm o mesmo status dos integrantes do Superior Tribunal de Justiça.

#### 4. Parentes

Foram encontradas relações de parentesco com políticos para 32% dos conselheiros. As relações são diversas e demonstram, em alguns casos, laços com figuras influentes na política local há diversas gerações. Em um caso, o poder remonta ao período imperial: o clã político cearense Paula Pessoa, ao qual pertence o conselheiro Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, do TCE-CE, conta com oito gerações de políticos influentes. O conselheiro, além de ter de pai, irmão e sobrinho na política subnacional, tem como antepassado um senador do Império.

Em 15 Tribunais de Contas, pelo menos três conselheiros pertencem a famílias com políticos de destaque. No TCE-RN, 6 dos 7 conselheiros têm parentes influentes.

**Tabela VI - Quantidade de conselheiros com relações de parentesco político**

Tribunal	Conselheiros com parentes políticos	Total de conselheiros
<i>TCU</i>	6	9
<i>TCE-RN</i>	6	7
<i>TCE-SE</i>	5	7
<i>TCE-AL</i>	5	6
<i>TCE-PI</i>	4	7
<i>TCE-CE</i>	4	7
<i>TCE-SC</i>	4	7
<i>TCM-CE</i>	4	7
<i>TCE-PB</i>	3	6
<i>TCE-PE</i>	3	7
<i>TCE-AM</i>	3	7
<i>TCE-MS</i>	3	7
<i>TCM-BA</i>	3	7
<i>TCM-PA</i>	3	7
<i>TCE-RJ</i>	3	7

Os cargos já ocupados por parentes espalham-se por todos os poderes: há ex-ministro do STF, ex-presidentes de Tribunais de Justiça, procurador-geral do MP, controlador-geral, ouvidor, ex-ministros do Executivo, secretários estaduais, governadores, prefeito, conselheiros em Tribunal de Contas, deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores. A família do ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues tem forte presença em tribunais superiores: seu irmão é ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sua mulher é ministra do STJ e seu sogro já foi ministro do STF e do próprio TCU.

As 22 relações de parentesco com governadores podem, em parte, ser explicadas pelo poder que o Executivo tem de nomear conselheiros. A Súmula Vinculante nº 13, que proíbe a prática de nepotismo, tem surtido algum efeito, ainda que tardio. O então governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), presenteou o seu irmão, Maurício Requião, com uma das sete cadeiras do TCE-PR em 2008. Após o STF determinar o afastamento, a Assembleia Legislativa viu-se obrigada a anular a nomeação.

Seis dos atuais conselheiros foram nomeados por parentes, como mostra a Tabela VII.

**Tabela VII – Indicações de família**

Tribunal	Conselheiro	Indicações de família
TCE-AL	<i>Otávio Lessa de Geraldo Santos</i>	Indicado ao cargo por seu irmão, o ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa (PDT).
TCE-CE	<i>Patricia Lucia Saboya Ferreira Gomes</i>	Nomeada por seu ex-cunhado, o ex-governador do Ceará Cid Gomes (PROS).
TCE-PB	<i>Fernando Rodrigues Catão</i>	Indicado ao cargo por seu sobrinho, o ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima (PSDB).
TCE-AC	<i>Antonio Cristovão Correia de Messias</i>	Indicado por seu primo, o então governador do Acre Orleir Cameli (PPR).
TCE-PI	<i>Lilian Martins</i>	Nomeada por seu marido, o governador do Piauí Wilson Martins (PSB).
TCE-RJ	<i>Marco Antonio Barbosa de Alencar</i>	Foi nomeado pelo pai, o então governador Marcello Alencar (PSDB-RJ).

Há também casos de nepotismo envolvendo conselheiros e funcionários dos Tribunais. Um deles é o do conselheiro Tarcísio Costa (TCE-RN), que empregou seu sobrinho até 2005, quando o exonerou e nomeou o filho da desembargadora Maria de Lourdes Alves Leite, do TRT-RN. Ela, por sua vez, nomeou o sobrinho de Costa para exercer cargo em comissão no TRT-RN. O TCU (processo nº 014.770/2006-4) decidiu pela exoneração do sobrinho do conselheiro, mas anulou a decisão depois. Ainda no TCE-RN, o Ministério Público Estadual conseguiu na Justiça Estadual a exoneração de nove parentes de conselheiros e um auditor em 2008. Três deles eram parentes de Tarcísio, um da conselheira Maria Adélia Arruda Sales Souza e os outros eram parentes de ex-conselheiros (Valério Mesquita, Alcimar Torquato de Almeida, Getúlio Alves da Nóbrega e do auditor Marco Antônio de Moraes Rego Montenegro). Um dos parentes de Tarcísio chegou a recorrer no STJ, mas a decisão pela exoneração foi mantida (STJ REsp nº 1273989).

## 5. Custos

Os custos de manutenção dos Tribunais de Contas são tão altos que, em alguns estados, o orçamento total do TCE se assemelha ao da Assembleia, conforme aponta a Tabela VIII.

Tabela VIII - Custos dos TCEs e das Assembleias por Estado, em 2015

UF	Assembleia Legislativa (R\$)	TCE (R\$)	TCE/AL
AM	251.781.000	209.784.000	83%
RS	576.093.238	468.449.372	81%
ES	197.668.955	153.411.096	78%
RJ	929.329.037	717.115.177	77%
MS	212.424.000	161.143.000	76%
PE	457.881.200	337.812.200	74%
DF	485.352.000	332.733.030	69%
SE	188.641.650	124.577.420	66%
SP	992.389.786	644.709.305	65%
MT	412.331.455	261.074.313	63%
PR	636.535.550	401.744.700	63%
RO	194.735.229	119.455.270	61%
GO	448.339.000	265.138.000	59%
TO	174.202.400	97.893.263	56%
MG	1.276.093.133	685.048.231	54%
PB	257.274.210	117.264.675	46%
BA	453.114.000	206.379.000	46%
AL	184.290.122	82.463.897	45%
MA	294.035.153	111.526.252	38%
SC	563.708.212	210.131.021	37%
AC	134.090.361	48.070.129	36%
PA	366.785.651	131.335.526	36%
AP	153.061.255	54.294.509	35%
PI	281.170.400	98.205.592	35%
RR	165.751.819	55.133.232	33%
RN	302.848.000	78.236.000	26%
CE	383.778.332	68.976.124	18%

Note-se que 3 dos 4 TCEs que analisam apenas as contas do ente estatal, não dos municípios do estado, estão na metade inferior da tabela: Ceará, Pará e Bahia, enquanto Goiás se encontra próximo à mediana. Quando incluímos os orçamentos dos respectivos Tribunais de Contas dos Municípios<sup>4</sup>, Goiás passa a ter a mais alta relação entre TC/AL, Bahia a quarta maior e Pará a nona. Apenas o Ceará se mantém no quadrante inferior.

<sup>4</sup> O Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro não foram incluídos por serem entes municipais e, portanto, não fazerem parte do orçamento estadual.

Quando analisamos o percentual que o Tribunal representa no orçamento total dos Estados, vemos que a relação varia de 0,3% a 1,9%. Dois Estados reservam quase 2% para os Tribunais de Contas em seus orçamentos: Roraima e Mato Grosso.

**Tabela IX - Custos dos TCEs em relação ao Orçamento, em 2015**

UF	Despesa Total (R\$)	TCE (R\$)	TCE/Total
RR	2.839.632.772	55.133.232	1,94%
MT	13.653.061.831	261.074.313	1,91%
RO	7.319.773.982	119.455.270	1,63%
SE	8.625.446.602	124.577.420	1,44%
AM	15.692.583.000	209.784.000	1,34%
MS	13.057.110.000	161.143.000	1,23%
PI	8.606.731.787	98.205.592	1,14%
DF	30.898.763.027	332.733.030	1,08%
PB	10.527.259.233	117.264.675	1,11%
TO	9.724.613.127	97.893.263	1,01%
PR	39.974.154.610	401.744.700	1,01%
PE	33.618.176.300	337.812.200	1,00%
AL	8.334.308.547	82.463.897	0,99%
AP	5.574.198.172	54.294.509	0,97%
ES	16.023.342.194	153.411.096	0,96%
MG	75.621.782.485	685.048.231	0,91%
RJ	82.804.019.768	717.115.177	0,87%
GO	30.898.763.027	265.138.000	0,86%
SC	24.816.449.488	210.131.021	0,85%
AC	5.698.452.955	48.070.129	0,84%
RS	57.386.735.823	468.449.372	0,82%
MA	15.885.374.282	111.526.252	0,70%
RN	12.338.389.000	78.236.000	0,63%
PA	20.875.664.234	131.335.526	0,63%
BA	39.091.321.000	206.379.000	0,53%
SP	204.879.492.272	644.709.305	0,31%
CE	23.605.525.401	68.976.124	0,29%

Os TCs não fazem parte do Poder Judiciário. O julgamento das contas segue o formato de um tribunal administrativo, o que provoca algum impacto sobre sua efetividade. No caso do TCU, o órgão mais atuante e que recebe mais atenção, a relação entre multas aplicadas e pagas é baixíssima: 4,6% entre 2005 e 2009, 8,3% entre 2008 e 2010, e 19,8% entre 2009 e 2013, segundo

dados do próprio Tribunal.<sup>5</sup> A média de arrecadação efetiva entre 2009 e 2013 aparece alta devido a um acordo com o Grupo OK Construções e Incorporações Ltda., que garantiu a devolução de quase R\$ 470 milhões em 2012. Considerando apenas dados de 2013, último disponibilizado pelo TCU, a relação entre multas aplicadas e pagas cai para 6,6%.

Pode-se inferir que nos TCEs e nos TCMs a efetividade tende a ser ainda mais baixa.

---

<sup>5</sup> Referências: <http://goo.gl/GUFt7T> e <http://goo.gl/bcl3mn>.

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
<i>Tribunal de Contas da União</i>				
João Augusto Ribeiro Nardes	Formado em administração de empresas e mestre em estudos de desenvolvimento. É proprietário rural.	Deputado federal por três legislaturas: pelo PPB (1999-2003), pelo PPR (1995-1999) e PP (2003-2005); deputado estadual pelo PPR-RS (1991-1995) e deputado constituinte pelo PDS (1986-1990); vereador de Santo Ângelo (RS), em 1973.	É irmão de Cajar Nardes, ex-secretário estadual do Mato Grosso (2003-2005), durante a gestão de Blairo Maggi (2003-2007), e ex-gerente de Projetos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).	<a href="#">STF – Inquérito nº 4150/2015</a> – É alvo de inquérito penal relacionado à Operação Zelotes, que desmontou um esquema de pagamento de propinas a membros do Conselho Administrativo da Receita Federal com o intuito de anular multas fiscais contra empresas.
Aroldo Cedraz de Oliveira	Formado em veterinária, foi professor universitário. É proprietário rural.	Deputado federal em quatro legislaturas consecutivas, todas pelo PFL (1991-1995/ 1995-1999/ 1999-2001/ 2001-2004). Secretário estadual de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia (2000-2002), no governo de César Borges (PFL), e de Recursos Hídricos (1987-1988) no governo de Waldir Pires; presidente da Companhia de Engenharia Rural da Bahia (1987).	É filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Valente (BA) João José de Oliveira, também conhecido como Nenenzinho. Seu filho Tiago Cedraz é advogado de vários políticos e secretário de Assuntos Jurídicos do partido Solidariedade.	<a href="#">TRE-BA - Prestação de contas nº 53696.2002.605.0000</a> - Teve reprovada a prestação de contas referente à sua campanha eleitoral de 2002 para deputado federal.
José Múcio Monteiro Filho	Formado em engenharia civil, é empresário do setor da agroindústria. Foi candidato a governador de Pernambuco em 1986, mas perdeu as eleições.	Em Rio Formoso (PE), foi vice-prefeito (1976-1982) e prefeito (1982-1983) pelo PDS. Foi secretário dos Transportes, Comunicação e Energia de Pernambuco (1983-1986), secretário municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Recife (1997-1998) e ministro das Relações Institucionais (2007-2009). Também exerceu mandato de deputado federal em cinco legislaturas: pelo PFL (1991-1995/	É tio do deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE).	

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		1995-1999/ 1999-2003), pelo PSDB (2003-2007) e pelo PTB (2007-2011).		
Walton Alencar Rodrigues	Formado em direito e mestre em direito público, atuou como professor e funcionário público. Foi analista legislativo do Senado Federal e assessor legislativo da Câmara dos Deputados. Também foi promotor de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal e procurador da República em Brasília.	Procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU.	Casado com Isabel Gallotti, ministra do STJ, e genro de Octavio Gallotti, ex-ministro do STF e do TCU. É ainda irmão de Douglas Alencar Rodrigues, ministro do Tribunal Superior do Trabalho.	
Vital do Rego Filho	Formado em direito e medicina, atuou nas duas áreas. Também foi professor de direito eleitoral na Universidade Estadual da Paraíba.	Deputado federal (2007-2011) e senador (2011-2014) pelo PMDB-PB; deputado estadual da Paraíba pelo PDT por três legislaturas (1995-1999/ 1999-2003/ 2003-2007); vereador em Campina Grande (PB) por dois mandatos pelo PSB (1989-1993/ 1993-1995).	É neto de Pedro Moreno Gondim, ex-governador da Paraíba, e de Veneziano Vital do Rego, ex-deputado estadual em Pernambuco. É sobrinho-neto de Argemiro de Figueiredo, ex-senador e ex-governador da Paraíba. É também filho de Antônio Vital do Rego, ex-deputado federal, e irmão de Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, ex-prefeito de Campina Grande (PB) e atual deputado federal.	
Bruno Dantas Nascimento	Formado em direito, é doutor em direito processual civil. Atuou como professor e assessor jurídico particular. Foi consultor-geral legislativo do Senado entre 2007 e 2011.	Foi conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público entre 2009 e 2011 e do Conselho Nacional de Justiça entre 2011 e 2013.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Benjamin Zymler	Formado em engenharia elétrica e em direito, é mestre em direito. Trabalhou como engenheiro eletricitista, na Furnas e na Main Engenharia S.A. No TCU, foi analista de finanças e controle externo, além de ministro-substituto.			
Raimundo Carreiro Silva	Formado em direito, atuou como advogado. Funcionário público do Senado, exerceu cargos efetivos e comissionados.	Foi vereador do município maranhense de São Raimundo das Mangabeiras (1990-1992).		<a href="#">STF – Inquérito nº 4075/2015</a> – É investigado em inquérito de lavagem de dinheiro, o ministro, que foi nomeado relator do acordo de leniência da construtora UTC, é suspeito de ter recebido propina do dono da empreiteira envolvida na Operação Lava Jato.
Ana Lúcia Arraes de Alencar	Formada em direito. Foi assistente do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, secretária de conselheiro do TCE-PE, técnica judiciária e secretária parlamentar na Câmara dos Deputados.	Elegeu-se deputada federal pelo PSB duas vezes (2007-2011/ 2011-2015). Licenciou-se da legislatura passada para assumir o cargo de ministra do TCU.	É filha do político pernambucano Miguel Arraes e mãe do ex-governador pernambucano Eduardo Campos (PSB), morto em 2014. Seus irmãos, Luís Cláudio Arraes de Alencar e Marcos Arraes de Alencar, atuaram como dirigentes em empresas públicas.	
<i>Tribunal de Contas do Estado do Acre</i>				
Valmir Gomes Ribeiro	É formado em administração, fez curso de altos estudos de política e estratégia na Escola Superior de Guerra (1997).	Foi deputado estadual pelo PMDB (1986-1990).		
Antonio Cristovão Correia De Messias	É médico.		Primo do ex-governador Orleir Cameli (PPR), que o nomeou conselheiro.	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Antônio Fernando Jorge Ribeiro De Carvalho Malheiro	É formado em economia, direito e engenharia elétrica. Trabalhou como professor e consultor.	Foi diretor e presidente da Companhia de Eletricidade do Acre.		
Ronald Polanco Ribeiro	É formado em economia.	Foi deputado estadual pelo PT por duas legislaturas seguidas (1998-2003/ 2003-2007).		<a href="#">STJ - Ação penal nº 459/2006</a> - É réu em ação penal por peculato. Segundo a acusação do Ministério Público Federal, a Assembleia Legislativa do Acre pagava à agência de turismo indicada pelo ex-deputado os montantes relativos à cota mensal de passagens destinadas a deputados estaduais, mediante apresentação de faturas forjadas. A denúncia de crime contra a ordem tributária foi rejeitada.
Naluh Maria Lima Gouveia Dos Santos	Formada em letras, era professora.	Foi deputada estadual pelo PT por três legislaturas seguidas (1998-2003/ 2003-2007/ 2007-2011).		
José Augusto Araújo De Faria	É formado em economia e direito.	Eleito vereador em Rio Branco pelo PDS em 1982, nas eleições seguintes elegeu-se deputado estadual pelo mesmo partido.		
Dulcinéa Benício De Araújo	É formada e tem pós-graduação em direito. Foi procuradora de Rio Branco, assessora da Prefeitura de Rio Branco e do Governo do Acre.	Membro efetivo do Conselho Fiscal da Agência de Negócios do Acre (2003-2006).		
<i>Tribunal de Contas do Estado do Alagoas</i>				
Cícero Amélio da Silva	Formado em economia e direito. Funcionário público estadual.	Foi vereador por Maceió (1989-1990) e deputado estadual de Alagoas em cinco legislaturas: pelo PTR (1990-1994), pelo PSB (1994-1998/ 1998-2002), pelo PPS (2002-	É irmão do ex-vereador e atual suplente de vereador de Maceió Arnaldo Fontan Silva e tio de Luiz Henrique	<a href="#">TJ-AL - Comarca de Maceió - Ação civil pública nº 0042688-60.2011.8.02.0001</a> - Condenado em ação civil de improbidade administrativa (dano ao erário)

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
 (data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		2006) e pelo PMN (2006-2010). Foi afastado do cargo em 2007.	Cavalcante Melo, procurador-geral da Câmara de Maceió.	<p>movida pelo Ministério Público Estadual. A ação decorre da deflagração da Operação Taturana. O conselheiro e os demais condenados foram responsabilizados por crimes de enriquecimento ilícito, com apropriação de recursos do erário público através da obtenção de empréstimos pessoais no Banco Rural S/A, posteriormente pagos com recursos da própria Assembleia. O processo está sob sigilo de Justiça. Os condenados recorrem em 2ª instância: <a href="#">TJ-AL - Apelação nº 0042688-60.2011.8.02.0001</a>.</p> <p><a href="#">STJ - Inquérito nº 751/2011</a> - Cícero Amélio da Silva é alvo de inquérito que apura seu envolvimento em esquema que desviou mais de R\$ 300 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa do Estado. A Operação Taturana foi deflagrada pela Polícia Federal em 2007, quando o conselheiro ainda exercia o mandato de deputado estadual. O inquérito foi instaurado a partir de um desmembramento do original, no qual mais de 100 pessoas haviam sido indiciadas: <a href="#">STJ - Inquérito nº 617/2008</a>. Diversos</p>

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				deputados estaduais envolvidos no esquema - incluindo o conselheiro - foram afastados do cargo em 2008: <a href="#">TJ-AL - Agravo nº 2008.000527-9</a> . No mesmo ano, ainda afastado, ele renunciou ao mandato para assumir a vaga de conselheiro do TCE-AL.
Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque	Formada em direito, atuou como advogada.	Secretária municipal de Administração de Limoeiro de Anadia (AL); secretária-adjunta de Assistência Social de Alagoas e procuradora-geral da Assembleia Legislativa de Alagoas.	É irmã do deputado estadual Antônio Albuquerque (PRTB) e filha do ex-prefeito de Limoeiro de Anadia (AL) Nivaldo Ferreira de Albuquerque (Arena).	
Maria Cleide Costa Beserra	Formou-se em direito. É conhecida pelo pseudônimo de Cláudia Brandão.	Foi deputada estadual pelo PMN (2006-2010).	É mulher do ex-deputado estadual e hoje prefeito de Canapi (AL), Celso Luiz (PMDB), e mãe de Luiz Pedro Brandão, diretor-presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Alagoas (INMEQ).	
Otávio Lessa de Geraldo Santos	Formado em administração de empresas.	Foi secretário municipal do Instituto de Planejamento. Durante o governo de seu irmão em Alagoas, assumiu a Secretaria Estadual de Infraestrutura e a Secretaria Geral de Governo.	É irmão do ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa (1999-2002/ 2003-2006, PDT), quem o indicou ao cargo de conselheiro.	
Anselmo Roberto de Almeida Brito	Formado em contabilidade e direito. Foi auditor-fiscal da Receita Federal, auditor-fiscal da Previdência Social, auditor da Controladoria-Geral do Estado do Piauí e conselheiro substituto do TCE-AL.			

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Fernando Ribeiro Toledo	Formado em economia e engenharia química.	Pelo PSDB, foi prefeito de Cajueiro (1997-2000, 2001-2004) e deputado estadual (2007-2011, 2011-2014).	É casado com Lucila Toledo, prefeita de Cajueiro (PSDB) e pai do deputado estadual Bruno Toledo (PSDB).	<a href="#">TJ-AL - Foro de Maceió - Ação civil pública nº 0735641-86.2014.8.02.0001</a> - É alvo de ação movida pelo Ministério Público que visa a anulação de sua nomeação como conselheiro.
<i>Tribunal de Contas do Estado do Amazonas</i>				
Érico Xavier Desterro e Silva	É formado em direito e especializado em direito processual. Atuou como professor e advogado. Foi procurador de Contas do TCE-AM e diretor administrativo da Secretaria de Justiça do Estado do Amazonas.			
Josué Claudio de Souza Filho	É formado em administração, radialista e dono da Rádio Difusora de Manaus.	Secretário municipal de Desenvolvimento Comunitário de Manaus (1972-1974) e de Educação e Cultura (1974-1975); vereador da capital amazonense (1976); deputado estadual (a partir de 1979); secretário estadual da Educação, Cultura e Desporto e ouvidor-geral do Estado (1997-2008).	É pai do deputado estadual Josué Neto (PSD), presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas. Ainda é filho do jornalista, político e ex-conselheiro do TCE-AM Josué Cláudio de Souza.	
Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior	É formado em direito.	Foi vereador de Manaus pelo PPS (2004-2008). Também foi secretário estadual do Governo de Eduardo Braga, quem o nomeou conselheiro.	É filho do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas e ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Ari Jorge Moutinho da Costa, que chegou a ser afastado dos cargos após ser acusado no Conselho Nacional de Justiça de beneficiar o ex-prefeito de	<a href="#">TJ-AM - Comarca da capital - Ação civil pública nº 0253476-66.2009.8.04.0001</a> - É réu em ação civil de improbidade administrativa (dano ao erário, enriquecimento ilícito, atos contra a administração pública), juntamente com o ex-deputado estadual Nelson Azêdo, o ex-vereador Nelson Amazonas

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
			Manaus, Amazonino Mendes (PDT), em troca da nomeação de sua filha, Martha Moutinho da Costa Cruz, para presidir a Fundação Doutor Thomas.	Azêdo e a ex-coordenadora de Administração da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, Suely Marinho, e outros. Na ação, movida pelo Ministério Público Estadual, foi decretada indisponibilidade dos bens dos réus.  <a href="#">TJ-AM - Comarca da capital - Ação civil pública nº 0243670-41.2008.8.04.0001</a> - É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual.
Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos	É formada em contabilidade e direito. Funcionária do TCE-AM desde 1975, foi auditora.			
Júlio Assis Corrêa Pinheiro	É formado em direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Foi delegado de polícia.	Foi secretário estadual de Segurança Pública (2003-2005) no governo de Eduardo Braga (PMDB).		
Raimundo José Michiles	Formado em contabilidade e direito. Ingressou no TCE-AM em 1977 como auditor.			
Antonio Julio Bernardo Cabral	É formado em direito.	Foi deputado federal pelo PTB (1991-1995).	É filho de Bernardo Cabral, ex-deputado federal, ex-senador e ex-ministro da Justiça no governo de Fernando Collor de Mello.	
<i>Tribunal de Contas do Estado do Amapá</i>				
Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço	Formada em contabilidade. Servidora pública, foi auditora do Tribunal desde 1991.			

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Ricardo Soares Pereira de Souza	Formado em direito.	Deputado estadual três vezes pelo PRN (1991-1995) e pelo PT do B (2003-2007/ 2007-2011).		
Manoel Antonio Dias	Afastado desde 2012, é réu em processo da Operação Mãos Limpas, que investiga desvio de recursos de diversos órgãos do estado desde 2001.	Foi secretário estadual de Obras (2001) durante o governo de João Capiberibe (PSB).		<a href="#">STJ - Ação penal nº 702/2011</a> - É réu no processo penal da Operação Mãos Limpas da Polícia Federal, que desmontou um esquema de desvio de recursos de diversos órgãos do estado do Amapá e chegou a prender os ex-governadores Pedro Paulo Dias de Carvalho e Waldez Góes. A denúncia por peculato, associação criminosa e ordenação de despesas não autorizadas em lei foi aceita pelo tribunal. O conselheiro é acusado de envolvimento no esquema juntamente com os também conselheiros José Julio de Miranda Coelho, Amiraldo da Silva Favacho e Regildo Wanderley Salomão, e a conselheira aposentada Raquel Capiberibe, irmã do senador João Capiberibe, além de servidores e assessores. O Tribunal determinou seu afastamento do cargo.
José Julio de Miranda Coelho	Afastado desde 2012, é réu em processo da Operação Mãos Limpas, que investiga desvio de recursos de diversos órgãos do estado desde 2001. É coronel aposentado da Polícia Militar.	Foi deputado estadual pelo PRN (1991-1995) e pelo PSL (1999-2003).		<a href="#">STJ - Ação penal nº 702/2011</a> - Trata-se do processo penal da operação Mãos Limpas da Polícia Federal, que desmontou um esquema de desvio de recursos de diversos órgãos do estado do Amapá e chegou a

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
 (data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>prender os ex-governadores Pedro Paulo Dias de Carvalho e Waldez Góes. O conselheiro é réu por suspeita de envolvimento no esquema juntamente com os também conselheiros Manoel Antônio Dias e Amiraldo da Silva Favacho e Regildo Wanderley Salomão e a conselheira aposentada Raquel Capiberibe, irmã do senador João Capiberibe, além de servidores e assessores. A denúncia por peculato, associação criminosa e ordenação de despesas não autorizadas em lei foi aceita pelo tribunal. Em 2012, o STJ decidiu pelo seu afastamento cautelar do cargo -- à época, ele era presidente do TCE-AP --, até o julgamento da denúncia. Entrou com mandado de segurança contra a decisão, que foi mantida: <a href="#">STJ - Mandado de segurança nº 20223/2013</a>. O conselheiro entrou com uma petição contra o sequestro de seus bens (<a href="#">STJ - Petição nº 9014/2012</a>), que, de acordo com o MP, podem ter sido adquiridos por meio de práticas delituosas.</p> <p><a href="#">STJ - Ação penal nº 819/2011</a> - É réu em ação penal, movida pelo MPF, relacionada à</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>Operação Mãos Limpas. O MPF denunciou os réus nesta ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro.</p> <p><a href="#">STJ - Ação penal nº 657/2010</a> - É réu em ação penal movida pelo MPF por porte ilegal de armas.</p> <p><a href="#">TJ-AP - Ação civil pública nº 0066306-02.2014.8.03.0001</a> - É réu em ação civil pública de improbidade administrativa, ajuizada pelo MPE. O conselheiro teria realizado compra de passagens aéreas para seu filho com recursos do TCE-AP.</p>
Regildo Wanderley Salomão	Afastado desde 2012, é réu em processo da Operação Mãos Limpas, que investiga desvio de recursos de diversos órgãos do estado desde 2001.	Deputado estadual três vezes, pelo PFL (1991-1995/ 1995-1999) e pelo PSDB (1999-2003).		<p><a href="#">STJ - Ação penal nº 702/2011</a> - É réu no processo penal da Operação Mãos Limpas da Polícia Federal, que desmontou um esquema de desvio de recursos de diversos órgãos do estado do Amapá e chegou a prender os ex-governadores Pedro Paulo Dias de Carvalho e Waldez Góes. O conselheiro é acusado de envolvimento no esquema juntamente com os também conselheiros José Julio de Miranda Coelho, Manoel Antônio Dias e Amiraldo da Silva Favacho e a conselheira aposentada Raquel Capiberibe,</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Amiraldo da Silva Favacho	Afastado desde 2012, é réu em processo da Operação Mãos Limpas, que investiga desvio de recursos de diversos órgãos do estado desde 2001.	Foi deputado estadual pelo PTB (1991-1995/ 1995-1999/ 1999-2003).	Casado com a ex-deputada estadual Francisca Favacho, presidente estadual do Pros no Amapá; é pai do também deputado estadual Junior Favacho (PMDB) e do vereador de Macapá Acácio Favacho (PMDB).	irmã do senador João Capiberibe, além de servidores e assessores. A denúncia por peculato, associação criminosa e ordenação de despesas não autorizadas em lei foi aceita pelo tribunal. O Tribunal determinou seu afastamento do cargo. <a href="#">STJ - Ação penal nº 702/2011</a> - É réu no processo penal da Operação Mãos Limpas da Polícia Federal, que desmontou um esquema de desvio de recursos de diversos órgãos do estado do Amapá e chegou a prender os ex-governadores Pedro Paulo Dias de Carvalho e Waldez Góes. O conselheiro é acusado de envolvimento no esquema juntamente com os também conselheiros José Julio de Miranda Coelho, Manoel Antônio Dias e Regildo Wanderley Salomão e a conselheira aposentada Raquel Capiberibe, irmã do senador João Capiberibe, além de servidores e assessores. A denúncia por peculato, associação criminosa e ordenação de despesas não autorizadas em lei foi aceita pelo tribunal. O Tribunal determinou seu afastamento do cargo.
Reginaldo Parnow Ennes	Formado em direito, mestre em desenvolvimento sustentável.	Foi procurador-geral de Contas do TCE-AP.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Foi procurador do município de Novo Hamburgo (RS).			
<i>Tribunal de Contas do Estado da Bahia</i>				
João Evilásio Vasconcelos Bonfim	Formado em administração, com pós-graduação em administração pública pela Universidade do Estado da Bahia. É empresário e agropecuarista. Foi servidor público no Banco do Brasil.	Deputado estadual em cinco legislaturas (PTB, 1995-1999/1999-2003/2003-2007; PFL, 2007-2011; PDT 2011-2015); vice-prefeito de Guanambi, na chapa de Sizaltina Rodrigues Donato (1997-2000, PTB).		
Inaldo da Paixão Santos Araújo	Graduado e mestre em contabilidade, foi professor universitário e auditor do TCE-BA.			
Marcus Vinícius de Barros Presídio	Formado em direito, com especialização em gestão operacional pública. Servidor público desde 1983, foi superintendente de administração e finanças da Assembleia Legislativa da Bahia de 1997 a 2015.			
Antônio Honorato de Castro Neto	Formado em contabilidade.	Foi deputado estadual por cinco legislaturas (PDS, 1983-1987; PMDB, 1983-1987/1987-1991; PTB, 1995-1999/ 1999-2003).		
Carolina Matos Alves Costa	Formada em direito e pós-graduada em metodologia do ensino superior. Procuradora do MPC e analista processual no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.			
Pedro Henrique Lino de Souza	Formado em direito. Foi chefe da assessoria jurídica do TCE-BA.	Foi secretário estadual de Governo da Bahia (1993-1998) e presidente do Conselho de Administração da Empresa Gráfica da Bahia.		

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Gildásio Penedo Cavalcanti de Albuquerque Filho	Formado em direito, foi assessor da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa da Bahia (1995-1996).	Foi deputado estadual pelo PFL (1999-2011) e pelo DEM (2011-2015).	É filho de Gildásio Penedo, ex-deputado estadual, ex-vereador e ex-prefeito de Tucano (BA) pelo PFL, e sobrinho do ex-deputado federal José Penedo.	
<i>Tribunal de Contas do Estado do Ceará</i>				
José Valdomiro Távora de Castro Júnior		Deputado estadual por três legislaturas (PPR, 1994-1998; PPB, 1998-2002/ 2002-2006); secretário de Obras de Mombaça (1992-1993).	É pai de Roberto Távora (PR-CE), vice-prefeito de Mombaça (CE), eleito em 2008 na chapa de William Alencar (PSDB).	
Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes	Formada em pedagogia.	Vereadora de Fortaleza pelo PSDB (1996-2000); senadora pelo PDT (2002); deputada estadual duas vezes (PPS, 1998-2002; PDT, 2011-2015). Em 2011, foi indicada para o cargo de presidente da Universidade do Parlamento Cearense (Unipace).	Foi mulher de Ciro Gomes (PROS), ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda (governo Itamar Franco) e da Integração Nacional (governo Lula). É ex-cunhada de Cid Gomes (PROS), quem assinou sua nomeação. Também é neta de Plínio Pompeu de Saboya Magalhães, ex-deputado federal, ex-senador pelo Ceará e ex-prefeito de Fortaleza.	
Edilberto Carlos Pontes Lima	Formado em economia e em direito. Tem mestrado e doutorado em economia. Foi professor de ensino superior e consultor da Câmara dos Deputados.			
Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa	Formado em engenharia agrônoma e em direito. É pós-graduado em direito constitucional. É empresário do	Foi deputado estadual por duas legislaturas (PMDB, 1987-1991; PSDB, 1991-1995).	Faz parte do clã político cearense Paula Pessoa. É filho de Francisco Figueiredo de Paula Pessoa, ex-	

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	setor agropecuário e professor de direito administrativo.		deputado estadual, irmão de Tomás Antonio Albuquerque de Paula Pessoa, ex-prefeito de Santa Quitéria (CE) e tio de Tomás Figueiredo Filho, ex-deputado estadual.	
Teodorico José de Menezes Neto	Afastado pela Justiça desde junho de 2012, é réu em processo penal do Escândalo dos Banheiros. Formado em contabilidade.	Eleito deputado estadual pelo PMDB em 1987 e exerceu mandato pelo PSDB nas seguintes legislaturas: 1991-1995, 1995-1999.	É pai de Téo Menezes (PSDB), deputado estadual pelo Ceará.	<a href="#">STJ - Ação penal nº 807/2012</a> - É réu em ação penal por crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato. O conselheiro foi afastado pelo STJ e teve, junto a mais dez indiciados, os sigilos bancário e fiscal quebrados. O grupo teria se organizado a fim de desviar recursos públicos em um caso que ficou conhecido como "escândalo dos banheiros". Ele e seu filho, o deputado estadual Téo Menezes (PSDB), são acusados de se beneficiarem de recursos de um convênio firmado para a construção de módulos sanitários. Foi interposto requerimento contra o afastamento, mas a decisão foi mantida. Como apenas o conselheiro tem foro privilegiado, o processo, que corre sob sigilo de Justiça, foi desmembrado.
Soraia Thomaz Dias Victor	Formada em engenharia civil e em direito. Servidora pública, atuou como auditora de controle interno do Governo do Ceará.	Foi secretária estadual de Administração.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Rholden Botelho de Queiroz	Formado em direito. Tem mestrado em direito constitucional. Foi advogado da União, procurador da Fazenda Nacional e do MPC.			
<i>Tribunal de Contas do Distrito Federal</i>				
Inácio Magalhães Filho	É professor, especialista em Auditoria Governamental, e doutor em direito. Foi servidor do TC-DF e procurador do MPC.			
Anilcéia Luzia Machado			Foi deputada distrital pelo PSDB (2003-2007). Também foi administradora regional de Sobradinho (DF).	
Manoel Paulo De Andrade Neto	É formado em direito e geografia. Foi diretor-tesoureiro e presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do DF, vice-presidente da Federação Nacional dos Condutores Autônomos e Transportadores Autônomos de Bens, diretor da Confederação dos Transportes, e diretor da Regional Centro-Oeste do SEST/SENAT.		Foi deputado distrital pelo PP (1995-1999) e secretário de Administração do Distrito Federal.	
Antônio Renato Alves Rainha	É formado em direito, pós-graduado em ciências políticas e em direito processual. Foi delegado da Polícia Civil do DF e presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF.		Foi deputado distrital em duas legislaturas pelo PL (1995-1999/ 1999-2003).	
Paulo Tadeu Vale da Silva	É formado em arquivologia pela Universidade de Brasília.		Pelo PT, foi deputado distrital por três legislaturas (1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011) e deputado federal (2011-2012). Também foi	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		secretário de Governo do Distrito Federal (2012).		
José Roberto de Paiva Martins	Formado em direito e economia, possui pós-graduação em administração pública. No TCU, foi auditor, conselheiro-substituto e secretário-geral da Presidência.			
Márcio Michel Alves de Oliveira	Foi delegado da Polícia Civil do Distrito Federal	Foi deputado distrital pelo PSL (2011-2014) e pelo PP (2015-2018).		<p><a href="#">TJ-DFT - Vara Criminal de Sobradinho - Inquérito nº 0015063-45.2013.807.0000</a> - É alvo de inquérito que apura tortura, cuja requerente é a Corregedoria Geral da Polícia Civil do Distrito Federal. É acusado de ter torturado mulher para extrair confissão de conluio em assalto em residência, quando era delegado. O processo foi remetido ao STJ.</p> <p><a href="#">TJ-DFT - Comarca de Brasília - Inquérito nº 0012715-35.2015.8.07.0016</a> -É alvo de inquérito penal, cujo requerente é o Ministério Público do Distrito Federal.</p>
<b>Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo</b>				
Domingos Augusto Taufner	Formado em engenharia mecânica e direito, é mestre em direitos e garantias fundamentais. Servidor público do Instituto de Administração	Foi vereador de Vila Velha pelo PT (1989-1993/ 1993-1996) e presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun	Financeira da Previdência e Assistência Social. Formado em administração.	Foi vice-prefeito de Guarapari pelo PSB (2001-2004) na chapa de Antonio Gottardo (PHS); secretário estadual de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Transportes; deputado estadual pelo PSB (2007-2011); e secretário estadual de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (2008).		
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto	É formado em direito. Servidor público municipal.	Foi chefe de gabinete do governador e secretário-chefe da Casa Civil no governo Paulo Hartung (DEM), quem lhe indicou para o cargo de conselheiro. Ainda exerceu os cargos de secretário municipal de Transportes, Serviços Urbanos e de coordenador de Governo de Vitória.		
José Antônio Almeida Pimentel	Foi servidor público na prefeitura de Ecoporanga (ES).	Foi secretário estadual da Casa Civil (2009-2010) no governo de Paulo Hartung, quem o nomeou conselheiro. Ainda foi deputado estadual (1984-1985/ 1993-1994) e diretor de Administração e Suprimentos da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa).		
Sebastião Carlos Ranna de Macedo	Formado em engenharia e direito, possui pós-graduação em direito público. Foi auditor do TCE-ES.	Foi nomeado auditor-geral do Estado pelo governador Paulo Hartung (PMDB).		
Sérgio Manoel Nader Borges	É engenheiro. Foi presidente do Sindicato dos trabalhadores da Companhia Espírito-Santense	Foi secretário de Planejamento e Obras da Prefeitura de Guarapari (1973); presidente da Telest (1991-1995) e do Banco de	Filho de Hugo Borges (MDB/PMDB), ex-prefeito de Guarapari e ex-deputado estadual; sobrinho de Solon	<a href="#">TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação civil pública nº 0701437-23.2007.8.08.0024</a> - Foi condenado por improbidade

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	de Água e Saneamento (Cesan), de 1978 a 1983.	Desenvolvimento do Espírito Santo (1996-1998); deputado estadual por quatro mandatos pelo PMDB (1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011 e 2011-2015).	Borges Marques (MDB), ex-prefeito de Vitória e de Vila Velha e ex-senador; tio de Solon Borges Marques Junior (PV), ex-vereador de Vitória.	<p>administrativa, juntamente com José Carlos Gratz, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo à época, e André Luiz Cruz Nogueira, diretor-geral à época, em ação civil pública movida pelo Estado e pelo Ministério Público Estadual do Espírito Santo. Os condenados estavam envolvidos em fraudes relacionadas ao pagamento de indenizações de diárias e ajuda de custo para viagens que nunca foram realizadas. Em primeira instância, Sérgio Borges teve os seus direitos políticos suspensos por oito anos e foi multado em R\$ 15 mil, ficando proibido de contratar com o poder público por 10 anos. O conselheiro recorreu da decisão em segunda instância e o Tribunal alterou a pena, reduzindo a multa civil e afastando a suspensão dos direitos políticos: <a href="#">Recurso especial nº 201300541697</a>. O conselheiro recorre em terceira instância: <a href="#">STJ - Recurso especial nº 0701437-23.2007.8.08.0024</a>.</p> <p><a href="#">TCU - Acórdão nº 251/1997</a> - O TCU julgou irregulares as contas dos responsáveis pela TELEST em 1992, quando o conselheiro</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
 (data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>era presidente da companhia, por dispensa de licitação irregular. Foi multado, recorreu, mas o Tribunal manteve a condenação: <a href="#">TCU - Acórdão nº 25/1999</a>.</p> <p><a href="#">STJ - Ação penal nº 804/2015</a> - É réu em ação penal. De acordo com a acusação, o conselheiro recebeu R\$ 30 mil em propina da venda de crédito de ICMS da empresa Samarco Mineração S/A para a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, para votar em favor de José Carlos Gratz para a presidência da Assembleia Legislativa em dezembro de 2010. Ainda referente ao caso, o Ministério Público abriu uma ação civil por improbidade administrativa, em que o conselheiro figura como réu: <a href="#">TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação civil pública nº 0001536-73.2003.8.08.0024</a>.</p> <p><a href="#">TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação civil pública nº 0043845-60.2013.8.08.0024</a> - É alvo de ação civil por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Espírito Santo e pelo Ministério Público Especial de Contas, visando à anulação de sua nomeação ao</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>cargo de conselheiro. De acordo com a acusação, ele não atende às exigências constitucionais de idoneidade moral e reputação ilibada para exercer o cargo de conselheiro, por ser réu em ação por improbidade administrativa e por ter sido condenado na ação civil pública 0701437-23.2007.8.08.0024.</p> <p><a href="#">TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação civil pública nº 0016281-38.2015.8.08.0024</a> - É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual.</p> <p><a href="#">TRF-2 - Seção Judiciária do Espírito Santo - Ação penal nº 0001050-76.2015.4.02.5001</a> - É réu em ação penal por crimes de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro nacional.</p> <p><a href="#">STJ - Ação penal nº 300/2003</a> - É réu em ação penal por peculato. De acordo com a acusação, o conselheiro teria recebido propina da empresa TERVAP em razão de contratos superfaturados de obras públicas. O STJ determinou seu afastamento do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo em abril de 2007. O conselheiro</p>
Valci José Ferreira de Souza	Afastado pela Justiça desde abril de 2007.	Deputado estadual por três mandatos (PMDB, 1983-1987/1987-1989/1989-1993).		

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>entrou com recurso contra o afastamento, mas a decisão foi mantida. Ele ainda recorre: <a href="#">STF - Habeas corpus nº 126366/2015</a>.</p> <p><a href="#">TJ-ES - Comarca de Vitória - Ação civil pública nº 0015180-44.2007.8.08.0024</a> - É alvo de ação civil de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Estadual. O parlamentar teria participado de esquema de fraude na contratação do seguro de vida dos deputados na década de 1990, à época em que presidiu a Assembleia Legislativa. Em 2015, a Justiça decidiu em seu favor pelo aumento do percentual que recebe do seu salário de 60% para 80%.</p>
<i>Tribunal de Contas do Estado de Goiás</i>				
Edson José Ferrari	Formado em jornalismo e direito, possui pós-graduação em marketing. Trabalhou em jornal, rádios e redes de televisão. Foi funcionário público da Prefeitura de Goiânia e fundou uma entidade assistencial. Também exerceu o cargo de secretário do governador Marconi Perillo (PSDB), quem o nomeou ao cargo de conselheiro.	Secretário-adjunto estadual de Comunicação de Henrique Santillo (PMDB).		<p><a href="#">TCE-GO - Processo de fiscalização nº 201200047002490/312</a> - Em 2012, o Ministério Público de Contas de Goiás entrou com uma ação junto ao TCE-GO contra Edson José Ferrari e outros conselheiros e servidores do TCE-GO por prática de nepotismo, nepotismo cruzado e acumulação indevida de cargos em comissão.</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<a href="#">STJ - Inquérito nº 941/2013</a> - Alvo de inquérito sobre crime de prevaricação. O conselheiro aceitou o acordo proposto pelo MPF, que definiu a suspensão do processo mediante o pagamento de multa a uma instituição de caridade.
Carla Cíntia Santillo	Formada em odontologia pela Universidade Católica de Goiás. Estuda direito.	Foi deputada estadual pelo PSDB (2002-2007).	É filha de Henrique Antônio Santillo, ex-conselheiro do TCE-GO. Seu pai já foi vereador e prefeito de Anápolis (GO), deputado estadual, senador, secretário de Estado, governador de Goiás e ministro da Saúde no governo Itamar Franco (1993-1995).	
Kennedy de Sousa Trindade	Formado em engenharia civil, tem MBA em Gestão e Desenvolvimento Sustentável e mestrado em Desenvolvimento Territorial.	Foi deputado estadual pelo PSB (1999-2003/ 2003-2006) e diretor-geral da Assembleia Legislativa (2007-2010).		<a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária de Goiás - Ação civil pública nº 2001.35.00.006019-3</a> - O conselheiro foi condenado por improbidade administrativa por ter contratado indevidamente sem licitação a empresa Fuad Rassi Engenharia para a execução de obras de prisões e hospital em Goiânia, quando presidia o Consórcio Rodoviário Intermunicipal (Crisa) em 1996. Além disso, o contrato sofreu reajustes irregulares em relação ao valor original de R\$ 11,6 milhões – chegou a R\$ 51,0 milhões, quando o percentual máximo de reajuste permitido é

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>de 25%. A Justiça determinou ao conselheiro o pagamento de multa de R\$ 452,6 mil e a suspensão dos direitos políticos por quatro anos. O conselheiro recorreu da decisão e teve seu recurso parcialmente provido, reduzindo a multa a ser paga a R\$ 186,0 mil, que posteriormente foi atualizada para R\$ 198,4 mil: <a href="#">TRF-1 - Apelação nº 2001.35.00.006019-3</a>. Na execução da sentença, a Justiça determinou a penhora de um imóvel em seu nome e o bloqueio do saldo de R\$ 15.851,91 em conta bancária de sua titularidade. Há recurso em andamento: <a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária de Goiás - Embargos infringentes nº 0047749-38.2011.4.01.3500</a>.</p> <p>É réu em ações por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público: <a href="#">TJ-GO - Comarca de Goiânia - Ação civil pública nº 201403765183</a>.</p> <p><a href="#">TJ-GO - Comarca de Goiânia - Ação civil pública nº 0210542.46.2002.8.09.0051</a>. <a href="#">TJ-GO - Comarca de Goiânia - Ação civil pública nº 300815-</a></p>
Helder Valin Barbosa	É empresário.	Foi vereador de Goiânia por dois mandatos, pelo PTR (1993-1997) e		

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		pelo PSD (1997-1998). Também foi deputado estadual por quatro mandatos pelo PSDB: 1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011 e 2011-2015.		<p><a href="#">17.2015.8.09.0051</a> - É réu em ação civil pública que visa à anulação da sua nomeação ao cargo de conselheiro. De acordo com o MP, o conselheiro, que não possui ensino superior, não poderia ocupar o cargo pois não preenche os requisitos constitucionais de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública. Chegou a ser afastado liminarmente do cargo, mas com a revogação da decisão em segunda instância pelo TJ-GO, o conselheiro voltou ao cargo.</p> <p><a href="#">TJ-GO - Comarca de Goiânia - Ação civil pública nº 147036-42.2015.8.09.0051</a> - É alvo de ação civil pública por improbidade administrativa. À época em que era deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, o conselheiro teria deixado de prestar esclarecimentos sobre o pagamento de remunerações acima do teto constitucional a diretores da casa, causando dano ao erário em um montante de mais de R\$ 500 mil.</p>
Sebastião Joaquim Pereira Neto Tejota	Formado em direito, foi procurador jurídico da Câmara	Suplente de deputado estadual pelo PMDB, assumiu o cargo em	É casado com a ex-deputada estadual Betinha Tejota	<a href="#">TJ-GO – Comarca de Goiânia - Ação civil pública nº 197904-</a>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Municipal de Goiânia e subprefeito do município de Senador Canedo (GO).	1994; foi deputado estadual pelo PSDB em outras três legislaturas: 1995-1999/ 1999-2003/ 2003-2006.	(PSB) e pai de Lincoln Tejota, deputado estadual pelo PSB.	<a href="#">24.2015.8.09.0051</a> - É réu em ação civil de improbidade administrativa, referente à contratação de funcionário fantasma à época em que era presidente da Assembleia Legislativa de Goiás. A justiça determinou o bloqueio de bens móveis e veículos dos réus.
Celmar Rech	Formado em economia e direito, é mestre em economia do setor público, foi funcionário do Banco do Brasil e servidor da Secretaria do Tesouro Nacional.			
Saulo Marques Mesquita	Formado em direito, foi juiz no Tocantins e procurador do MPC junto ao TCE-GO.			
<i>Tribunal de Contas do Estado de Maranhão</i>				
Edmar Serra Cutrim	Formado em direito.	Foi deputado estadual pelo PSD: 1991-1995/ 1995-1999 e 1999-2003.	É pai de Gil Cutrim (PMDB), prefeito de São José de Ribamar (MA), e de Glalbert Cutrim (PRB), deputado estadual; irmão de Raimundo Cutrim, deputado estadual (PC do B), tio de José de Ribamar Fróz Sobrinho, desembargador e ex-presidente do TRE-MA, e de Fredson Froz, titular da Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano.	
João Jorge Jinkings Pavão	É formado em direito pela Universidade Federal do Maranhão.	Foi vice-prefeito de Santa Helena (MA, 1973-1976); prefeito de Santa Helena (1977-1983); secretário	É casado com a ex-prefeita de Santa Helena (MA),	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		municipal de Administração da Prefeitura de São Luís (1983-1985), sob a gestão do prefeito Manoel Nunes Filho; deputado estadual por quatro legislaturas pelo PFL (1987-1991/ 1991-1995/ 1995-1999, 1999-2003); secretário de Estado do Desenvolvimento Comunitário Social e do Trabalho (1995-1996) e de Articulação Política (1996-1998/1999-2000), nas gestões de Roseana Sarney (PFL).	Helena Maria Lobato Pavão (PTB).	
Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior	Formado em medicina. Servidor público, atuou como médico na rede pública.	Foi deputado estadual pelo PMDB (1983-1987). Foi subchefe do Gabinete Civil do governo do estado do Maranhão (1987-1989).		
Álvaro César de França Ferreira	Formado em economia pela Universidade Federal do Maranhão.	Foi diretor de Divisão de Estudos e Projetos da Universidade Federal do Maranhão (1984-1986) e diretor administrativo e financeiro da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (1987-1988).		
José de Ribamar Caldas Furtado	Formado em direito e em agronomia, tem mestrado em direito financeiro e pós-graduação em políticas públicas e gestão governamental. Foi professor de ensino superior, servidor do Ministério da Fazenda, da Receita Federal do TCE-MA.			
Raimundo Oliveira Filho	Formado em contabilidade. Foi presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís.	Foi secretário-adjunto da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Joaquim Washington Luiz de Oliveira	Formado em história, foi comerciante e funcionário público. Foi presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Maranhão (1990-1998).	Vice-governador na chapa de Roseana Sarney em 2010. Foi assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República (2008-2009) durante o governo Lula. Suplente de deputado federal pelo PT, chegou a assumir o mandato (2003, 2004, 2009 – 2010).		
<i>Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais</i>				
Adriene Barbosa de Faria Andrade	Formada em direito. Trabalhou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e na Associação Mineira de Municípios (AMM).	Foi prefeita do município de Três Pontas (MG) pelo PP (2001-2004).	É mulher do ex-senador e ex-vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade (PMDB).	
Sebastião Helvecio Ramos de Castro	É formado em medicina e direito, possui especialização em pedagogia e pediatria. É doutor em Saúde Coletiva.	Foi deputado estadual durante seis legislaturas (PMDB, 1987-1991/1991-1995; PP, 1995-1999; PDT, 1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011); secretário de Estado da Saúde (1988-1989), durante a gestão de Newton Cardoso (PMDB); vice-prefeito de Juiz de Fora (2001-2002), na chapa de Tarcísio Delgado (PMDB).		
Cláudio Couto Terrão	Formado em direito e em ciências da computação. Foi militar da aeronáutica e servidor público municipal, estadual e federal. Foi membro do MPC junto TCM-GO e TCE-GO.			
Wanderley Geraldo de Ávila	Formado em letras e em direito. Foi professor em escolas e universidades.	Prefeito de Pirapora (1983 a 1988) e deputado estadual pelo PSDB por quatro legislaturas (1991-		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		1994/1995-1998/1999-2002/2003-2006).		
Mauri José Torres Duarte	É empresário e pecuarista, trabalhou nas áreas imobiliária e de construção civil.	Foi deputado estadual pelo PMDB (1991-1994/1995-1998) e pelo PSDB (1999-2002/2003-2006/2007-2010/2011-2014).		
José Alves Viana	É médico pediatra e anesthesiologista. Tem pós-graduação em direito público.	Deputado estadual em quatro legislaturas (PDT, 1999-2003; PMDB, 2003-2007; PFL, 2007-2011; DEM, 2011-2015); vereador (1982) e prefeito (1988) de Curvelo (MG).		
Gilberto Pinto Monteiro Diniz	Formado em contabilidade em direito. É pós-graduado em controle. Atuou como professor de contabilidade. Foi contador-inspetor e de auditor do TCE-MG.			<a href="#">TJ-MG - Comarca de Belo Horizonte - Ação civil pública nº 2512575-83.2013.8.13.0024</a> - É réu em ação civil de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais sob alegação de irregularidades durante o procedimento que levou a sua nomeação para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
<i>Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul</i>				
Jerson Domingos	É pecuarista. Não possui formação no ensino superior.	Foi deputado estadual por cinco mandatos consecutivos (PMDB, 1995-1999/1999-2003/2003-2007/2007-2011/2011-2015.)	É irmão de Tereza Domingos Name (PSD), ex-vereadora e secretária municipal das Mulheres de Campo Grande.	
Osmar Domingues Jeronymo	Formado em economia.	Foi secretário de Estado de Governo e secretário de Estado da Casa Civil durante a gestão de André Puccinelli (2007-2014). Também foi secretário municipal de Governo, nas gestões dos prefeitos		<a href="#">TJ-MS - Comarca de Campo Grande - Ação civil pública nº 0369473-12.2008.8.12.0001</a> - É réu em ação civil de improbidade administrativa

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Ronaldo Chadid	Formado em direito. É mestre em direito do Estado e doutor em direito administrativo. Foi delegado da polícia civil no estado do Paraná e promotor de Justiça do Mato Grosso do Sul. Também atuou como advogado. Foi, também, presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas.	André Puccinelli (1997-2004) e Nelson Trad Filho (2005-2006). Foi procurador-chefe do MPC (1999-2000, 2001-2002 e 2011-2013).	É irmão do vereador de Campo Grande, José Chadid.	ajuizada pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul.
José Ricardo Pereira Cabral	Formado em comunicação social e em direito. Servidor público.	Foi secretário estadual da Fazenda e de Receita e Controle durante o mandato de Zeca do PT (2003-2006). Foi também secretário da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) na gestão de José Orcírio dos Santos (1999-2003, PT)		É alvo de quatro ações civis de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual (algumas por dano ao erário e enriquecimento ilícito):  <a href="#">TJ-MS - Comarca de Campo Grande - Ação civil pública nº 0819955-20.2013.8.12.0001</a> - Referente a possíveis irregularidades e superfaturamento em contrato celebrados entre a empresa de T.I. Digithobrasil e a AGEHAB, a qual o conselheiro era o secretário à época.  <a href="#">TJ-MS - Comarca de Campo Grande - Ação civil pública nº 0351590-52.2008.8.12.0001</a> - Referente a irregularidades na contratação de pessoal para cargos no governo do Estado do Mato Grosso do Sul e

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				secretarias estaduais. À época, o conselheiro era secretário estadual de Receita e Controle <a href="#">TJ-MS - Comarca de Dourados - Ação civil pública nº 0804529-96.2012.8.12.0002</a>  <a href="#">TJ-MS - Comarca de Dourados - Processo nº 0804505-68.2012.8.12.0002.</a>
Iran Coelho das Neves	Formado em economia e direito. Funcionário de carreira no TCE-MS, foi auditor.			
Waldir Neves Barbosa	Empresário e produtor rural, é formado em direito e em história.	Vereador no município de Miranda (PTB, 1989-1991); deputado estadual (PSDB; 1991-1995/1995-1999/1999-2003/2003-2007); deputado federal (2007-2011).	É irmão do vereador Vanildo Neves Barbosa (PSDB).	
Marisa Joaquina Monteiro Serrano	Formada em letras e em pedagogia, foi professora e diretora de escolas municipais em Campo Grande e da Universidade Estadual de Mato Grosso. Atuou em diversas entidades de ensino: foi presidente da Organização Mundial de Educação Pré-escolar, delegada do MEC-MS, e diretora-presidente do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Educacional.	Foi vereadora de Campo Grande (1977-1982); secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul (1980-1982), deputada federal por dois mandatos, sendo o primeiro pelo PMDB e o segundo pelo PSDB (1995-1999/1999-2003), vice-prefeita de Campo Grande pelo PSDB (2004-2006) e senadora pelo PSDB (2007-2011), renunciando ao mandato para assumir o cargo de conselheira do TCE.		
<i>Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso</i>				
José Carlos Novelli	Formado em engenharia civil.	Foi diretor de controle do interior do Detran-MS (1979) e diretor técnico do Detran-MT (1987). Foi diretor do Departamento de Estradas e		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		Rodagens do Mato Grosso (1989). Vereador de Cuiabá (PSDB, 1993-1997); deputado estadual (PSDB, 1999-2003); presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP-MT) (1999).		
Gonçalo Domingos de Campos Neto	Formado em administração de empresas.	Vereador de Várzea Grande (PFL, 1997-2001); deputado estadual por três mandatos (PFL, 2000-2003/2003-2007; PP, 2007-2011).		
Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto	Formado em administração de empresas e em direito. É pós-graduado em direito do estado e administração pública.	Deputado estadual por duas legislaturas pelo PDT (1987-1991, 1991-1994). Posteriormente, elegeu-se deputado federal (1995-2000, PDT). Foi, ainda, secretário de Infraestrutura (1996) e secretário da Educação (1999) do Estado do Mato Grosso.		<p><a href="#">STJ - Inquérito nº 735/2008</a> - É alvo de inquérito penal movido pelo Ministério Público Federal por lavagem de dinheiro. A Justiça determinou a quebra de sigilos bancários e fiscais do conselheiro e seus familiares. O processo encontra-se em segredo de justiça.</p> <p><a href="#">TJ-MT - Comarca de Barra do Garças - Ação civil pública nº 8530-47.2013.811.0004</a> - É réu em ação civil por improbidade administrativa (dano ao erário), juntamente com o prefeito de Barra do Garças, movida pelo Ministério Público Estadual. O conselheiro é acusado de fazer uso de máquinas e servidores da Prefeitura para realização de benfeitorias para fim particular. A denúncia foi recebida.</p>
Valter Albano da Silva	É formado em economia e pós-graduado em economia agrária, planejamento e ocupação do	Superintendente regional do Incra; secretário de Administração de Cuiabá (1988); secretário estadual		<p><a href="#">TJ-MT - Comarca de Cuiabá - Ação civil pública nº 13658-20.2002.811.0041</a> - Réu em</p>

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	solo rural e direito do Estado e administração pública.	de Administração (1989-1990), de Educação (1990-1991/1995) e da Fazenda (1996-2001). Conselheiro do conselho diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (2000).		ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Mato Grosso. Valter Albano e outros seis réus teriam participado de contratação de empresa com o Estado do Mato Grosso sem licitação, o que seria ilegal e teria causado prejuízos aos cofres do ente federativo.
Waldir Júlio Teis	Formado em direito, foi empresário do ramo da contabilidade. Trabalhou no Grupo Amaggi, da família do senador Blairo Maggi.	Foi secretário da Fazenda do Mato Grosso (2003-2007) durante o governo de Blairo Maggi (PR).		
Sérgio Ricardo de Almeida	Formado em direito, tem pós-graduação em direito constitucional.	Foi vereador de Cuiabá (PMN, 2000-2002); deputado estadual por três legislaturas consecutivas (PMN, 2003-2007; PPS, 2007-2011; PR, 2011-2012).		<p><a href="#">TJ-MT - Ação civil pública nº 59959-05.2014.811.0041</a> – Trata-se de um dos processos na área cível da Operação Ararath, que desmontou esquema de crimes financeiro e lavagem de dinheiro. De acordo com a acusação, parte do dinheiro teria sido usado para a compra da vaga do conselheiro.</p> <p><a href="#">TJ-MT - Ação civil pública nº 29706-05.2012.811.0041</a> - É réu em ação por improbidade administrativa juntamente com José Riva. Os dois ex-presidentes da Assembleia Legislativa são acusados de manter funcionária fantasma.</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
<a href="#">TRE-MT - Ação penal nº 184543.2009.611.0000</a> - Alvo de ação penal movido pelo Ministério Público Eleitoral por uso de documento falso, falsificação material de documentos para fins eleitorais e falsidade ideológica eleitoral, o conselheiro foi acusado de ter falsificado recibos eleitorais para prestação de contas de sua campanha em 2006. Em acordo com o Ministério Público Eleitoral, o processo foi suspenso mediante o pagamento de uma cesta básica mensal por seis meses, e após dois anos foi declarada extinta sua punibilidade.				
<i>Tribunal de Contas do Estado do Pará</i>				
Cipriano Sabino de Oliveira Junior	É formado em administração e estuda direito.	Foi deputado estadual por quatro legislaturas (PPR, 1991-1995/1995-1999; PPB, 1999-2003/2003-2007). Foi também vereador de Belém (1988-1990).	É irmão do deputado estadual Celso Sabino (PSDB), ex-presidente do Inmetro-PA (2013-2014) e ex-secretário estadual de Trabalho, Emprego e Renda (2012-2013) na gestão de Simão Jatene (PSDB).	
Luis da Cunha Teixeira	Formado em curso técnico de contabilidade, tem licenciatura em letras e pós-graduação em gestão pública.	Secretário de Administração e Finanças do município de Augusto Corrêa (PA); deputado estadual em cinco legislaturas (PDT, 1991-1995, 1997-1999, 1999-2002, 2003-2007, 2007-2010). Presidiu a Fundação dos Terminais Rodoviários do Pará		<a href="#">STJ - Ação penal nº 693/2012</a> - É réu em ação penal referente a crime de falsidade ideológica. O conselheiro teria realizado falsificação de documentos eleitorais que ajudariam a subsidiar a defesa do vereador

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		(1995 a 1996); secretário de Estado de Administração em 2003, na gestão do governador Simão Jatene (PSDB).		Nilson Paulino Moreira, acusado de infidelidade partidária.
André Teixeira Dias	Formado em economia e direito.	Vereador de Belém (1993-1995, PMDB); deputado estadual (PFL, 1995-1999/ PSDB, 1999-2003, 2003-2007). Suplente de deputado federal pelo PSDB, assumiu em 2011 o mandato.		
Nelson Luiz Teixeira Chaves	Formado em engenharia civil, atuou como engenheiro civil sanitário e de segurança do trabalho.	Foi vereador de Belém (1989-1991) e deputado estadual (1991-1994), ambos pelo PSDB.		
Maria de Lourdes Lima de Oliveira	Formada em pedagogia.	Prefeita de Irituia (PA) (1988-1991); deputada estadual em duas legislaturas (PSDB, 1995-1999 e 1999-2002).		
Odilon Inácio Teixeira	Formado em contabilidade e em direito, com especializações em auditoria pública, direito público, material e processual civil, e prática jurídica. Servidor público foi auditor no TCE-SC e no TCE-PA.			
<b>Tribunal de Contas do Estado da Paraíba</b>				
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira	Formado em direito, atuou como advogado.	Vereador em Campina Grande pelo PSDB e pelo PMDB, por três vezes (desconhecido/1997-2001/2001-2005), chefe de Gabinete do prefeito de Campina Grande; secretário municipal de Turismo, Comunicação e Esporte; secretário de Governo e Coordenação Política de Campina Grande; deputado estadual (PSDB, 2003-2007).		

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Fernando Rodrigues Catão	Formado em engenharia civil.	Foi secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado (1991-1994/2003-2004) e secretário-executivo do Ministério do Planejamento (1996-1998); secretário de Planejamento e Gestão da prefeitura de Campina Grande (1999-2000) e secretário de Finanças de João Pessoa (2001-2002).	É tio do senador e ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB), quem o nomeou conselheiro, é cunhado de Ronaldo de Cunha Lima (PSDB), que já foi deputado, governador e senador, tio-avô do deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB), concunhado do ex-senador Ivandro Cunha Lima, tio do prefeito de Campina Grande Romero Rodrigues (PSDB) e sogro de Tovar Alves Correia Lima, deputado estadual e ex-vereador (PSDB).	
Arthur Paredes Cunha Lima	Formado em direito.	Deputado estadual (PMDB, 1999-2003; PSDB, 2003-2007), secretário estadual de Administração do governo de Ronaldo Cunha Lima; chefe da Casa Civil do governo Cícero Lucena; secretário de Justiça e Cidadania; secretário de Administração da prefeitura de João Pessoa; secretário-chefe do Escritório de Representação do governo do estado em Campina Grande.	É primo do senador e ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB), do deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB), e do ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima.	
Antônio Nominando Diniz Filho	Formado em medicina.	Foi deputado estadual pelo PDS em (PDS, 1991-1995; PMDB, 1995-1999/1999-2003,); secretário regional de Medicina Social.	É filho de Antônio Nominando Diniz, ex-deputado estadual da Paraíba.	
Arnóbio Alves Viana	Formado em direito, foi professor e advogado.	Prefeito de Solânea (PB) (1983-1988); deputado estadual (PDT,		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		1991-1994); assessor especial para assuntos jurídicos da Secretaria de Administração estadual.		
André Carlo Torres Pontes	Formado em direito. Foi professor universitário e procurador do MPC.			
<i>Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco</i>				
Maria Teresa Caminha Duere	Formada em serviço social e administração. Foi professora universitária na área de serviço social.	Secretária-adjunta da de Agricultura do Estado em 1993 na gestão de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (PFL); secretária estadual de Habitação de Pernambuco (1983-1985), na gestão de Roberto Magalhães Melo (1983-1986, PDS); deputada estadual (PFL, 1995-1999/1999-2003).		
Valdecir Fernandes Pascoal	Formado em direito, economia e administração. Possui pós-graduação em direito constitucional e administrativo. Foi professor universitário e auditor do TCE-PE.			
Carlos Porto de Barros	Formado em direito.	Foi deputado estadual por três legislaturas (Arena, 1979-1982; PDS, 1983-1986; PFL, 1987-1991).		
Dirceu Rodolfo	Formado em direito e especialista em administração pública. Foi procurador do MPC do TCE-PE de 1993 a 2011.	Foi procurador-geral do MPC por duas vezes, no período de 2000 a 2005 e no biênio 2010-2011.		
Marcos Coelho Loreto	Formado em direito. Foi diretor de acompanhamento político da Secretaria de Governo de Pernambuco (1995-1998). Foi assessor especial da Câmara dos Deputados (1999 a 2000),		É primo de Renata Campos, mulher do ex-governador Eduardo Campos, morto em 2014 e responsável pela nomeação de Marcos Loreto ao TCE.	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	assessor da Secretaria de Administração do Recife (2001) e assessor especial do Ministério da Ciência e Tecnologia (2004).			
João Henrique Carneiro Campos	Formado em direito.		É primo de Eduardo Campos (PSB), ex-governador de Pernambuco, morto em 2014.	
Ranilson Brandão Ramos	Formado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco.	Vereador em Petrolina (PDS, 1983-1987); deputado estadual por três legislaturas (PPS, 1987-1991; PSB, 1995-1999/1999-2003); presidente da Agência Reguladora de Pernambuco (2007-2010); secretário estadual de Relações Institucionais (2010) e de Agricultura e Reforma Agrária (2010-2013).	É primo de Fernando Bezerra (PSB), ex-ministro da Integração Nacional e ex-prefeito de Petrolina (PE). É pai de Lucas Ramos, deputado estadual pelo PSB-PE.	
Waltânia Maria Nogueira de Sousa Alvarenga	É formada em direito e pós-graduada em controle externo. Funcionária pública de carreira, atuou como fiscal do INSS e procuradora do MPC junto ao TCE.			
<i>Tribunal de Contas do Estado do Piauí</i>				
Luciano Nunes Santos	Formado em direito e engenharia agrônoma. Foi professor e advogado. Foi presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí.	Eleito deputado estadual por duas vezes pelo PMDB (1983-1987/1987-1990) e uma pelo PDS (1991-1994).	É pai de Luciano Nunes Santos Filho, deputado estadual pelo PSDB, e genro de Alcides Martins Nunes, ex-deputado estadual pelo PSD em 1947, 1950 e 1954.	
Kleber Dantas Eulálio	É médico formado pela Universidade de Brasília e professor universitário.	Deputado estadual por oito mandatos (PMDB, 1985-1987/1987-1991/1991-1995/1995-1999/1999-2003/2003-2007/2007-2001/2011-2012); governador	É filho de Severino Maria Eulálio, que foi deputado federal, deputado estadual e prefeito de Picos, sobrinho de Oscar Eulálio, que foi	<a href="#">TJ-PI - Comarca de Teresina - Ação civil pública nº 0012582-03.2015.8.18.0140</a> - É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual com

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		interino do Piauí por dez dias em 2001; eleito prefeito de Picos em 2012; secretário de governo do Piauí nas gestões de Alberto Silva (PMDB), Mão Santa (PMDB) e Wellington Dias (PT).	deputado estadual por três mandatos pelo MDB e também prefeito de Picos, e irmão de Severo Maria Eulálio Filho, vereador de Picos.	pedido de antecipação de tutela para suspender a posse do conselheiro em junho de 2015.
Abelardo Pio Vilanova e Silva	É formado em contabilidade e professor de ensino superior. Funcionário público do TRT e da Câmara dos Deputados, foi também auditor do TCE-PI.			
Joaquim Kennedy Nogueira Barros	Formado em direito, atuou como advogado. Foi diretor da rádio Cidade Modelo FM, Picos (PI).	Eleito deputado estadual pelo PFL (1995-1999).	É sobrinho de Abel de Barros Araújo (PFL), ex-prefeito de Picos e ex-deputado estadual. É filho de Antônio de Barros Araújo (PFL), ex-prefeito de Picos, ex-deputado estadual, ex-secretário estadual da Justiça e ex-conselheiro do TCE-PI.	
Olavo Rebelo de Carvalho Filho	É formado em administração de empresas. Foi tesoureiro do Sindicato dos Bancários do Piauí e foi secretário de organização na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi tesoureiro no diretório regional do PT.	Deputado estadual por três mandatos (PT, 1995-1999/1999-2003/2003-2007).		
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins	Formada em direito, e pós-graduada em direito processual civil, atuou como advogada. É também graduada em enfermagem, com especialização em médico-cirúrgico e em administração hospitalar e sanitária. Foi	Deputada estadual (PSB, 2007-2011/2011-2012); secretária de Estado da Saúde do Piauí (2012).	É mulher de Wilson Martins (PSB), ex-governador do Piauí e quem lhe indicou ao cargo de conselheira. Wilson Martins também foi presidente da Fundação Municipal de Saúde, deputado estadual e vice-	<a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária do Piauí - Ação civil pública nº 11130-30.2012.4.01.4000</a> - É alvo de ação civil pública movida pela OAB. A organização alega que sua nomeação, realizada pelo Wilson Nunes Martins, seu marido e governador do Piauí,

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	servidora estadual: atuou no Hospital Getúlio Vargas e na Fundação Municipal de Saúde de Teresina.		governador. É cunhada de Rubem Nunes Martins, que foi prefeito de Wall Ferraz.	violaria os princípios de pessoalidade, moralidade e isonomia. Lilian Martins chegou a ser afastada liminarmente do cargo, mas o <a href="#">TRF-1 - Agravo de Instrumento de nº 0044229-60.2012.4.01.0000</a> permitiu que ela voltasse ao cargo.
<i>Tribunal de Contas do Estado do Paraná</i>				
Artagão de Mattos Leão	Formado em direito. Foi chefe de Gabinete da Secretaria de Estado do Interior e Justiça.	Foi deputado estadual por duas legislaturas (PMDB, 1983-1987/1987-1991).	É pai de Artagão de Mattos Leão Junior, deputado estadual por quatro legislaturas (2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019, PMDB). Seu tio, João de Mattos Leão, foi vereador, deputado estadual por duas vezes, e senador.	<a href="#">STJ - Sindicância nº 425/2014</a> - É alvo de sindicância no STJ, que apura crimes contra a administração pública com um esquema de fraude na licitação para a construção de um novo prédio anexo no TCE-PR, no montante de R\$ 36,4 milhões. O processo está em segredo de justiça.
Durval Amaral	Formado em direito pela Universidade Estadual de Londrina (1984). É advogado e foi professor universitário.	Vereador e vice-prefeito de Cambé (PR); deputado estadual por seis mandatos pelo PFL e pelo DEM; secretário estadual do Trabalho e Ação Social do Paraná (1992-1994) e chefe da Casa Civil do Paraná no governo de Beto Richa (PSDB); chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Cambé (1986) e da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (1987).		
Ivan Lelis Bonilha	Graduado e mestre em direito. É servidor de carreira do TCE-PR, foi diretor jurídico. Foi conselheiro da OAB-PR.	Procurador-geral do município de Curitiba e do Paraná.		
Ivens Zschoerper Linhares	É formado direito e pós-graduado em direito público.			

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Servidor público, foi auditor do TCE-PR e procurador da Fazenda Nacional.			
Fernando Guimarães	Formado em direito. Procurador do MPC junto ao TCE-PR.	Procurador-geral MPC.		
Nestor Baptista	Formado em direito. Atuou como jornalista e advogado.	Foi deputado estadual por três legislaturas (1979-1983, 1983-1987 e 1987-1991, PMDB-PR).		
Fábio de Souza Camargo	Formado em direito. Chegou a ser afastado do cargo sob alegações de irregularidades no processo de sua eleição na Assembleia Legislativa	Vereador de Curitiba (PSC, 2001-2005/2005-2009); deputado estadual por duas legislaturas (PFL, 2007-2011; PTB, 2011-2015).	Seu pai, desembargador do TJ-PR Clayton Camargo, era presidente da corte à época da nomeação do filho.	<p><a href="#">TJ-PR - Comarca de Curitiba - Mandado de segurança nº 0045058-54.2013.8.16.0000</a> - Trata-se de mandado de segurança impetrado contra a nomeação do ex-deputado estadual Fábio de Souza Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. Segundo a liminar favorável ao seu afastamento, Camargo não teria apresentado a documentação necessária para a candidatura ao cargo em questão e não teria tido o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno. O ex-deputado interpôs recurso no TJ-PR, mas a decisão foi mantida: <a href="#">TJ-PR - Comarca de Curitiba - Agravo regimental cível nº 1149385-9/01</a>.</p> <p>O conselheiro interpôs uma reclamação no STF, que em um primeiro momento deferiu liminar restituindo-o ao cargo. A acusação interpôs agravo</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
<i>Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro</i>				
Jonas Lopes de Carvalho Junior	Formado em direito. Foi tesoureiro da OAB de Campos (RJ) e procurador da Prefeitura Municipal de Campos (RJ) desde 1984.	Presidente da Caixa de Assistência e Previdência de Campos de Goytacazes. Chefe do Gabinete Civil da Governadoria do Rio de Janeiro (1999-2000), durante o mandato de Anthony Garotinho (PDT).		regimental e a decisão foi reconsiderada de forma a afastar novamente o conselheiro do cargo, porém mantendo-o como titular da cadeira até o trânsito em julgado: <a href="#">STF - Reclamação nº 17757/2014</a> . Em seguida o conselheiro interpos a <a href="#">Suspensão de Segurança nº 4945</a> no STF, que em decisão favorável suspendeu a liminar e determinou seu retorno às funções de conselheiro.
Domingos Inácio Brazão	É empresário dos setores automobilístico, imobiliário e de postos de gasolina.	Foi vereador do Rio de Janeiro (1997-1999). Deputado estadual por quatro legislaturas (1999-2003, PT do B; 2003-2007/2007-2011/2011-2015, PMDB).	É irmão de Chiquinho Brazão, vereador do Rio de Janeiro pelo PMDB.	<a href="#">STJ - Ação penal nº 685/2009</a> - É réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal por corrupção passiva. O processo é um desdobramento da Operação Pasárgada. De acordo com a acusação, os conselheiros Jonas Lopes de Carvalho Junior e José Gomes Graciosa teriam recebido propina com a finalidade de beneficiar o Grupo SIM. O TCE-RJ decidiu favoravelmente à inexigibilidade de licitação para contratação da empresa pela Prefeitura de Carapebus (RJ). <a href="#">TRE-RJ - Ação de investigação judicial eleitoral nº 359254</a> - Condenado por abuso de poder econômico, captação ilícita de sufrágio e conduta vedada a

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
José Gomes Graciosa	Formado em direito.	Em Valença (RJ), foi vereador (1976-1982) e prefeito (1982-1988). Foi também deputado estadual pelo PMDB (1991-1995 e 1995-1999).		<p>agente público. De acordo com a acusação, Domingos se utilizou de centros sociais, oferecendo vantagens de cunho assistencial para se promover e angariar votos. Foi multado e declarado inelegível, além de ter seu mandato de deputado estadual cassado. Contudo, a cassação foi suspensa em virtude de decisão liminar do TSE. O processo encontra-se em grau de recurso, na 3ª instância: <a href="#">TSE - Recurso ordinário nº 359354</a>.</p> <p><a href="#">TJ-RJ - Comarca da Capital - Ação civil pública nº 0347384-29.2010.8.19.0001</a> -É réu em ação civil pública de improbidade administrativa com enriquecimento ilícito e dano ao erário. O processo corre sob sigilo de Justiça.</p> <p><a href="#">STJ - Ação penal nº 685/2009</a> - É réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal por corrupção passiva. O processo é um desdobramento da Operação Pasárgada. De acordo com a acusação, os conselheiros Jonas Lopes de Carvalho Junior e José Gomes Graciosa teriam recebido propina com a finalidade de beneficiar o Grupo SIM. O TCE-</p>

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				RJ decidiu favoravelmente à inexigibilidade de licitação para contratação da empresa pela Prefeitura de Carapebus (RJ).
Marco Antonio Barbosa De Alencar	Formado em direito, atuou como advogado, consultor jurídico e professor universitário.	Foi chefe do Gabinete Civil da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro. Eleito deputado estadual por duas legislaturas seguidas (1991-1995, PDT; 1995-1998, PSDB)	Filho do ex-governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB, 1995-1999), quem o nomeou para o cargo de conselheiro.	
José Maurício De Lima Nolasco	Formado em direito e especialista em planejamento e orçamento, direito empresarial, falimentar e público, atuou como advogado e professor.	Foi presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (1995-1998).		
Marianna Montebello Willeman	É formada em direito, mestre em teoria do Estado e direito constitucional. É professora universitária e foi procuradora do Estado do Rio de Janeiro e procuradora do MPC junto ao TCE-RJ.		É filha do presidente do TCM-RJ, Thiers Vianna Montebello, e casada com Flávio Willeman, nomeado juiz do Tribunal Regional Eleitoral.	
Aloysio Neves Guedes	É jornalista. Servidor público desde 1966, ocupou cargos técnicos e de assessoramento em diversas administrações estaduais no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.			
<b>Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte</b>				
Paulo Roberto Chaves Alves	É graduado em economia.	Foi diretor financeiro da VASP, diretor da antiga Telern, secretário estadual do Trabalho e Ação Social e chefe do Gabinete Civil durante o governo de Garibaldi Filho (PMDB).	É filho do ex-deputado estadual (1959-1963/ 1963-1967/ 1967-1971), ex-vice-governador do Rio Grande do Norte (1987-1990) e ex-senador (2011-2014) Garibaldi Alves (PMDB), e é	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
			irmão do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB). Também é sobrinho do ex-governador Aluizio Alves e do ex-prefeito de Natal Agnelo Alves, e primo do ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves (PMDB) e do prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT).	
Carlos Thompson Costa Fernandes	É formado em direito, especialista em direito público e mestre em direito constitucional. Foi advogado na Petrobras no BNDES, defensor público do Distrito Federal, procurador federal da Advocacia Geral da União, promotor do Ministério Público do Estado de Sergipe, procurador do MPC.		É filho de Francisco de Assis Fernandes, que foi secretário estadual no governo de José Agripino (DEM) (1991-1994) e consultor-geral do Estado no Governo de Lavoisier Maia (PDS) (1979-1983).	
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa	É formada em direito. Foi auditora do Tribunal de Contas do Estado.	Foi diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do RN, diretora administrativa e financeira da Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN.	Viúva de Demócrito de Sousa Paiva (ARENA), ex-deputado estadual e ex-diretor da extinta companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário. Nora de Waldemar de Souza Veras, ex-deputado estadual.	
Tarcisio Costa		Foi vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	É irmão do ex-prefeito de Caicó, ex-vice-governador e atual deputado estadual Vivaldo Costa (PROS), que assumiu a vaga deixada por Agnelo Alves e está em seu nono mandato na AL-RN (sete como eleito e dois	

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
			como suplente). Também é irmão do ex-prefeito de Caicó Bibi Costa (PSB), do ex-prefeito de São José do Seridó, Bosco Costa (PDT), e do ex-deputado estadual Dadá Costa (PTB). Vivaldo Costa, quando assumiu o governo do Rio Grande do Norte em 1994, o indicou como conselheiro do TCE-RN.	
Renato Costa Dias	É formado em engenharia civil e em direito. Foi secretário legislativo da Assembleia do Rio Grande do Norte (1999).	Foi secretário-adjunto de Transportes e Obras Públicas do estado do Rio Grande do Norte (1995).	É filho de Adjuto Dias, ex-deputado estadual, e irmão de Álvaro Dias, ex-deputado federal e deputado estadual pelo PMDB.	
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior	É formado em direito.	Foi prefeito de São Gonçalo do Amarante (RN) e deputado estadual pelo PMDB (2007-2011/2011-2015).		<p><a href="#">TJ-RN - Ação civil pública nº 0806532-68.2013.8.20.0001</a> - É alvo de ação civil movida pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte em face da sua nomeação como conselheiro do Tribunal de Contas por não possuir idoneidade moral e reputação ilibada, requisitos necessários para a ocupação do cargo.</p> <p><a href="#">TJ-RN - Ação civil pública nº 0002103-66.2011.8.20.0129</a> - É réu em ação civil por improbidade administrativa (dado ao erário) movida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas

(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Antônio Gilberto de Oliveira Jales	É graduado em geologia e possui especialização em educação ambiental. É mestre em irrigação e drenagem.	Secretário municipal de Agricultura e Recursos Hídricos de Mossoró (RN) (1997-2008), nas gestões de Rosalba Ciarlini (DEM) e de Fafá Rosado (PFL); diretor executivo da Gerência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mossoró (2009-2010); secretário de estadual de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (2011) e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos na gestão da governadora Rosalba Ciarlini (2011-2015, DEM).	É sobrinho do ex-vereador e ex-deputado estadual Manoel Mário de Oliveira pelo antigo MDB.	
<i>Tribunal de Contas do Estado de Rondônia</i>				
José Euler Potyguara Pereira de Mello	Formado em engenharia civil. Foi chefe de gabinete e chefe da coordenação especial de governo.			
Edílson de Sousa Silva	É formado em direito. Foi chefe de gabinete da presidência do TCE-RO, assessor do deputado Carlão de Oliveira (PRB), que chegou a ser preso em decorrência da Operação Dominó e secretário particular do governador Oswaldo Piana Filho..			
Valdivino Crispim de Souza	É formado em economia e possui mestrado em engenharia de produção. Foi auditor de controle externo (1988-2000) e auditor substituto (2000-2006) do TCE-RO.			
Francisco Carvalho da Silva	É formado em zootecnia.	Foi prefeito do município de Presidente Médici (1993-1996) e deputado estadual pelo PMDB em		<a href="#">STJ - Ação penal nº 629/2010</a> - É réu em ação penal movida

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		1998, 2002 e 2006. Foi diretor da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.		<p>pelos Ministério Público Estadual por peculato. Trata-se do escândalo de desvios de recursos públicos da Assembleia Legislativa de Rondônia deflagrado pela Operação Dominó da Polícia Federal. O conselheiro é acusado de participar na emissão de passagens aéreas sem conexão com as atividades da Assembleia Legislativa.</p> <p><a href="#">TJ-RO - Comarca de Porto Velho - Ação civil pública nº 0077187-20.2008.8.22.0001</a> - É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual e pelo Estado de Rondônia.</p>
Paulo Curi Neto	Formado em direito. Foi procurador do MPC			
Wilber Carlos dos Santos Coimbra	Foi soldado do Exército e policial militar. É professor universitário, formado em direito, mestre em gestão e doutorando em direito.	Foi deputado estadual pelo PSB (2007-2011).		
Benedito Antônio Alves	É formado em direito, possui mestrado em direito do estado e doutorado em direito público. Foi professor universitário.	Foi secretário estadual de Finanças de Rondônia (2011-2013), no governo de Confúcio Moura (PMDB).		
<i>Tribunal de Contas do Estado de Roraima</i>				
Essen Pinheiro Filho	Formado em economia.	Integrou o Conselho de Administração do Banco do Estado de Roraima (BANER).		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Manoel Dantas Dias	Formado em contabilidade e em direito, com especialização em consultoria industrial.		Suely Campos, atual governadora de Roraima, nomeou Izabela Dias, filha do conselheiro Manoel Dantas Dias, como chefe da Controladoria Geral do Estado; Hugo Leonarfo, genro do conselheiro, como ouvidor do Estado (antes disso, era ex-assessor no TCE); Josué Filho, pai de Hugo Leonardo, como secretário estadual de justiça; Selma Mulinari, esposa de Josué Filho, como secretária de educação; e André Luiz Almeida Dias, filho do conselheiro, em cargo comissionado na Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.	<p><a href="#">TJ-RR - Comarca de Boa Vista - Ação civil pública nº 0819758-61.2015.8.23.0010</a> - É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público estadual, pelo suposto envolvimento em fraudes no processo licitatório para aquisição da maquete física da nova sede do Tribunal de Contas do Estado.</p> <p><a href="#">Ministério Público de Roraima - Representação</a> - É alvo de representação movida pela Procuradoria perante a Procuradoria Geral da República, que requer a apuração da prática de crime de corrupção passiva pelo conselheiro Manoel Dantas. Índícios apontam que o conselheiro pode ter recebido vantagens indevidas em troca de atos praticados no favorecimento de terceiros. Após Manoel Dantas ter sido indicado por Neudo Campos para o cargo de conselheiro, a Secretaria de Educação do Estado manteve contratos de prestação de serviços de limpeza com empresa cuja sócia é Solange Dias, esposa de Manoel Dantas. Após a prisão</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
 (data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>de Neudo Campos em 2003 na Operação Gafanhoto, que apurou a existência de servidores fantasmas e laranjas em sua administração, o político não se reelegeu governador, e a empresa de Solange Dias foi baixada e executada pela Fazenda Nacional. Apesar das fraudes existentes no governo de Neudo Campos, Manoel Dantas arquivou monocraticamente todos os processos que envolviam as contas daquele governo, causando dano ao erário. Com a eleição de Sueli Campos, esposa de Neudo Campos, como governadora em 2014, Manoel Dantas teve parentes nomeados em cargos no governo do Estado, o que, de acordo com a representação, foi uma gratificação pelos favores prestados pelo conselheiro a Neudo Campos.</p> <p>É alvo de três inquéritos penais que correm sob sigilo no Superior Tribunal de Justiça:</p> <p><a href="#">STJ - Inquérito nº 802/2012</a> - Trata-se de investigação de crimes contra a Lei de Licitações e formação de quadrilha. O inquérito apura a existência de</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>um esquema implantado pelo conselheiro, envolvendo funcionários em cargos comissionados, para desviar recursos do TCE por meio da encomenda de uma maquete do prédio do Tribunal, bem como da realização de uma festa de apresentação da maquete.</p> <p><a href="#">STJ - Inquérito nº 803/2012</a> - Apura a legalidade de uma viagem, supostamente a serviço, realizada em período natalino com recursos públicos.</p> <p><a href="#">STJ - Inquérito nº 804/2012</a> - Apura crimes de falsificação ideológica e contra a ordem tributária. De acordo com a denúncia, o conselheiro declarou não ser servidor público, mas produtor rural como atividade principal. O inquérito também apura indícios de venda fictícia.</p>
Cilene Lago Salomão	Tem licenciatura em ciências e é formada em direito.			
Joaquim Pinto Souto Maior Neto	Formado em direito.	Foi chefe-adjunto da Casa Civil do Estado de Roraima, antes de ser empossado conselheiro.		
Henrique Manoel Fernandes Machado	Formado em pedagogia e direito, é empresário no ramo do turismo.	Foi nomeado (1983-1985) e eleito (PFL, 1989-1992) prefeito no município do Alto Alegre. Foi deputado estadual pelo PSC (1995-1998) e pelo PPB (1999-2002). Foi		<a href="#">STJ - Ação penal nº 327/2004</a> - É réu em ação penal por peculato, juntamente o ex-governador Neudo Campos (PP-RR). Trata-se do Escândalo dos

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		diretor administrativo das Centrais Elétricas de Roraima.		<p>Gafanhotos. De acordo com a denúncia do Ministério Público, ambos são mentores de um esquema de desvio de recursos públicos por meio de contratação de funcionários fantasmas, que envolvia a mulher do conselheiro, Dulcilene Mendes Wanderley, a ex-secretária de administração Diva da Silva Briglia e o ex-diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagens de Roraima, Carlos Eduardo Levischi. A corte determinou o afastamento do conselheiro de suas funções e decretou a prescrição do crime de formação de quadrilha. Em julho de 2014, a corte deferiu medida liminar na Ação Cautelar nº 3675, possibilitando seu retorno ao cargo.</p> <p><a href="#">STJ - Ação penal nº 239/2009</a> - Condenado por falsidade ideológica a dois anos e seis meses de prisão, teve a pena substituída por prestação de serviços à comunidade e multa. Em processo de regularização fundiária do INCRA-RR, o então prefeito de Alto Alegre, Henrique Machado, afirmou não exercer nenhum mandato eletivo. Um mês após a condenação o</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Marcus Rafael De Hollanda Farias	É formado em direito. Afastado do cargo de conselheiro pelo STJ em setembro de 2011, conseguiu uma liminar que o permitiu voltar ao cargo em 22 janeiro de 2014.			<p>Tribunal decretou a prescrição de sua punibilidade.</p> <p><a href="#">TSE - Recurso contra expedição de diploma nº 539/1995</a> - Não apresentou a prestação de contas referente a campanha de 1994 a deputado estadual.</p> <p><a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária de Roraima - Ação civil pública nº 2005.42.00.002268-0</a> - Foi condenado por improbidade administrativa com dano ao erário. A justiça determinou o ressarcimento aos cofres públicos, pagamento de multa e a proibição de contratação com o poder público e recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios. A ação está relacionada ao Escândalo dos Gafanhotos. O conselheiro entrou com um habeas corpus com pedido de trancamento da ação, que foi negado: <a href="#">STJ - Habeas corpus nº 141537/2009</a>. Não obstante, o conselheiro também entrou a <a href="#">STJ - Reclamação nº 10330/2012</a> pedindo o sobrestamento do processo, que lhe foi negado. Recorreu ao STF, com a <a href="#">Ação cautelar nº 3779/2014</a>, que também foi negada. Recorre, ainda, com o <a href="#">STF - Recurso extraordinário nº 876784/2015</a>,</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				que aguarda julgamento.  <a href="#">STJ - Ação penal nº 382/2004</a> - É réu em ação penal por peculato, juntamente com o ex-governador Neudo Campos (PP-RR). Trata-se do Escândalo dos Gafanhotos, ocorrido entre 1995 e 2003, em que autoridades de Roraima – ex-governador, deputados estaduais e federais, bem como conselheiros do TCE-RR – são acusadas de contratar servidores públicos “fantasmas / gafanhotos”. A corte determinou o afastamento do conselheiro de suas funções e decretou a prescrição do crime de formação de quadrilha. O conselheiro entrou com recurso pedindo a suspensão do afastamento do cargo, mas teve Habeas Corpus negado: <a href="#">STF - Habeas corpus nº 119560/2013</a> . Entrou com a <a href="#">STF - Ação cautelar nº 3535/2014</a> e conseguiu uma liminar para voltar ao cargo.
Célio Rodrigues Wanderley	É formado em medicina.	Foi deputado estadual por seis mandatos consecutivos no período 1991-2013: pelo PL (1991-1995), pelo PSDB (1995-1999) pelo PSL (199-2003/2003-2007), PFL (2007-2011) e DEM (2011-2013).		
<i>Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul</i>				
Cezar Miola	Formado em direito, tem pós-graduação em direito processual	Foi secretário de Administração do município de Sertão (1982-1988) e		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	civil. Atuou como assessor jurídico e procurador dos municípios de São João da Urtiga e Cacique Doble. No TCE, foi auditor e procurador do MPC.	procurador-geral do Ministério Público de Contas.		
Algir Lorenzon	É formado em direito.	Foi vereador no município de Cruz Alta por dois mandatos (1969-1973/1973-1974) e em 1974 elegeu-se deputado estadual, sendo reeleito em 1978, 1982 e 1986 (pelo MDB e PMDB).		
Marco Antonio Lopes Peixoto	É engenheiro civil.	Foi vereador de Santiago (RS) pelo PFL (1989-1992) e deputado estadual por cinco legislaturas consecutivas, desde 1991 até 2010, pelo PDS, pelo PPB e pelo PP.		<a href="#">STJ - Ação penal nº 747/2012</a> - É réu em ação penal por estelionato em prejuízo de entidade pública. O Ministério Público acusou o conselheiro de manter servidores fantasmas na Assembleia Legislativa do RS, entre 2005 a 2007, quando exercia mandato de deputado estadual. O caso foi descoberto em uma investigação iniciada em 2007 com a Operação Solidária, deflagrada pela Polícia Federal (PF) para apurar desvio de recursos federais destinados à merenda escolar no município de Canoas (RS). O MPF denunciou outras 11 pessoas por estelionato, além do conselheiro. O processo tramita em segredo de Justiça.
Adroaldo Mousquer Loureiro	É dentista, advogado e empresário. Fundou o Partido Democrático Trabalhista em	Foi vereador de Santo Ângelo pelo PDT (1983-1988) e prefeito do mesmo município (1993-1996). Foi		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Santo Ângelo, do qual foi presidente e coordenador regional.	deputado estadual por quatro legislaturas consecutivas também pelo PDT (1998-2014). Além disso, foi secretário estadual do Trabalho e Ação Social, em 1991, no Governo Collares, e presidente da Companhia de Habitação do Estado (COHAB-RS) em 1992.		
Estilac Martins Rodrigues Xavier	É formado em ciências sociais e engenharia. Foi oficial do Exército, professor universitário e servidor público.	Foi secretário municipal de Obras e Viação de Porto Alegre (1993-2000), assessor-chefe da Casa Civil da Presidência da República (2008-2010), além de vereador em Porto Alegre (2001-2002) e deputado estadual pelo PT (2003-2007). Foi, ainda, secretário-geral de Governo na gestão do governador Tarso Genro (2011-2015, PT)		
Iradir Pietroski	Tem formação de técnico agrícola e é licenciado em pedagogia.	Foi prefeito (1983-1988) e vereador (1977-1982) em Erval Grande (RS) pelo MDB, gerente da Companhia Riograndense Laticínios e Correlatos em Erechim (RS) (1989-1990) e secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (1997-1998). Foi deputado estadual por cinco legislaturas consecutivas pelo PTB (1991-2010).		
Pedro Henrique Poli de Figueiredo	Formado em direito e ciências sociais, tem mestrado e doutorado em direito. Atuou como advogado, assessor, consultor e diretor jurídico de instituições públicas e privadas.	Entre 1996 e 1998 exerceu o cargo de subchefe da Casa Civil do Estado para Assuntos Administrativos no governo Antônio Britto (PMDB).		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Foi procurador do Estado e auditor substituto do TCE. É professor universitário.			
<i>Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina</i>				
Luiz Eduardo Cherem	É dentista, formado em odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).	Foi vereador (1989-1992, PV) e vice-prefeito (1993-1996, PSDB, chegando a assumir como prefeito interino) do município de Balneário Camboriú. No mesmo município, foi secretário de Obras e da Saúde, durante as duas últimas gestões do então prefeito Leonel Pazan (1997-2000 e 2001-2002, PSDB). Elegeu-se deputado estadual em três legislaturas consecutivas (2003-2007, 2007-2011, 2011-2014), sendo que de 2004 a 2009 foi secretário de Estado da Saúde na gestão do governador Luiz Henrique da Silveira (2003-2006 e 2007-2010, PMDB).		<p>É réu em ações civis de improbidade administrativas na Justiça estadual de Santa Catarina, ajuizadas pelo MPE:</p> <p><a href="#">TJ-SC - Comarca da Capital - Ação civil pública nº 0001233-03.2012.8.24.0023</a></p> <p><a href="#">TJ-SC - Comarca da Capital - Ação civil pública nº 0052113-67.2010.8.24.002.</a></p> <p><a href="#">TJ-SC - Comarca de Joinville - Ação civil pública nº 0042920-51.2008.8.24.0038</a> (com enriquecimento ilícito).</p> <p><a href="#">TJ-SC - Comarca da Capital - Processo nº 0322615-08.2014.8.24.0023</a></p> <p>Em decisão liminar de ação popular, foi determinada a suspensão do procedimentos da Assembleia Legislativa que resultaram na nomeação de Luiz Eduardo Cherem ao cargo de conselheiro. Contudo, o conselheiro conseguiu que a liminar fosse suspensa até a</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				decisão final: <a href="#">TJ-SC - Comarca da Capital - Exceção de suspeição nº 0026682-89.2014.8.24.0023</a> e <a href="#">TJ-SC - Comarca da Capital - Exceção de incompetência nº 0026679-37.2014.8.24.0023</a> .
Luiz Roberto Herbst	É engenheiro civil. Foi professor de ensino médio e de ensino superior.	Vereador no município de Mafra (1989-1992, PMDB). Foi deputado estadual por duas legislaturas (1995-1999, 1999-2000, PMDB).	É irmão de Jango Herbst, ex-prefeito de Mafra que teve seu mandato cassado por determinação da Câmara Municipal.	
César Filomeno Fontes		Foi vereador de Florianópolis por quatro legislaturas (1972 a 1987). Nos períodos de 1992-1996 e 2000-2004, foi procurador-geral do MPC.	A família tem mais de meio século de atuação na política de Santa Catarina. Seu pai, Paulo de Tarso da Luz Fontes, foi prefeito de Florianópolis entre 1951 e 54, deputado estadual por três legislaturas, e também conselheiro do TCE. Alexandre Filomeno Fontes (PP), seu irmão, já foi eleito vereador. Um de seus tios, Victor Fontes, também foi vereador. Saindo da política, o avô de César, Henrique da Silva Fontes, foi um dos fundadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pelo lado materno, o avô José Filomeno foi prefeito de São José.	
Wilson Rogério Wan-Dall		Foi vereador de Blumenau (1982-1986, PDS) e deputado estadual por quatro legislaturas (1987-	É pai de Roni Wan-Dall, secretário municipal de Administração de Blumenau.	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Herneus João De Nadal	É formado em direito.	1991/1991-1995, PDS; 1995-1999, PPR; 1999-2000, PFL). Em 1982, foi eleito prefeito de Caibi (SC). Deputado estadual pelo PMDB por cinco mandatos consecutivos (1990, 1994, 1998, 2002 e 2006). Em Chapecó (SC), foi diretor regional das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).	É pai de João Eduardo de Nadal, diretor de Desenvolvimento Econômico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. É primo de Mauro de Nadal, ex-prefeito de Cunha Porã (SC) e atual deputado estadual de Santa Catarina.	
Julio Cesar Garcia	Foi funcionário de carreira do Banco do Estado de Santa Catarina.	Foi deputado estadual pelo PFL (1987-1990/1991-1994/2003-2006/2007-2010); presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), em 1995; presidente da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan), em 1996.		
Adircélio de Moraes Ferreira Junior	Formado em direito e em contabilidade, é e mestre em direito. Atuou como auditor para empresas e para o serviço público estadual e federal. Foi auditor substituto de conselheiro do TCE-SC.			
<i>Tribunal de Contas do Estado de Sergipe</i>				
Carlos Alberto Sobral de Souza	É formado em direito pela Universidade Federal do Sergipe. Atuou como promotor público, professor universitário, advogado da EMURB e auditor do Tribunal de Contas de Sergipe.	Foi procurador-geral do Estado em 1983 e secretário estadual de Segurança Pública.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Carlos Pinna de Assis	É graduado em direito pela Universidade Federal da Bahia (1972).	Foi procurador-geral do Estado (1983-1986) e secretário de Estado de Habitação e Previdência Social de Sergipe (1985-1986), durante a gestão de João Alves Filho (PFL).	Seu filho, Carlos Pinna de Assis Junior, foi secretário de Controle Interno do Município de São Cristóvão (2001-2004), na gestão de Armando Batalha (PSDB). Posteriormente foi vereador no mesmo município (2005-2009, PV) e hoje é procurador-geral do município de Aracaju.	
Maria Angélica Guimarães Marinho	É médica, especializada em ginecologia e obstetrícia. Tem pós-graduação em contabilidade pública.	Foi prefeita da cidade de Japoatã (1993-1996) e deputada estadual por quatro mandatos, em 1998 pelo PTB, e em 2002, 2006 e 2010 pelo PSC.	O seu bisavô, Oséas Alves, foi prefeito, o seu avô, Dorival Dias Guimarães, foi vice-prefeito e o seu pai, Leúdes Alves dos Santos, foi vereador, todos em Japoatã.	Foi multada por não submeter ao TCE-SE documentos referentes ao exercício financeiro de sua gestão na Prefeitura de Japoatã:  <a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/072031</a>  <a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/076091</a>  <a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/076266</a>  <a href="#">TCE-SE - Processo nº 2000/076219</a> - A contratação de obras e serviços pela prefeitura de Japoatã, quando Maria Angélica Guimarães Marinho exercia o cargo de prefeita, foi julgada ilegal em 1996.  <a href="#">TRE-SE - Representação nº 127591.2014.625.0000</a> - É alvo

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por conduta vedada a agente público. Trata-se de um esquema de fraudes de verbas de subvenção social da Assembleia Legislativa de Sergipe, que eram remetidas irregularmente para algumas associações com o objetivo angariar votos em seu reduto eleitoral. De acordo com a acusação, a conselheira teria repassado parte de sua quota verbas para uma associação de responsabilidade da sua mãe.</p> <p><a href="#">TJ-SE - Comarca de Aracaju - Ação civil pública nº 201511800651</a>- É alvo em ação civil pública por improbidade administrativa com violação aos princípios administrativos e dano ao erário movida pelo Ministério Público Estadual. A ação é relacionada ao desvio de verbas de subvenção social da AL-SE. A Justiça determinou o bloqueio de seus bens no montante de R\$ 1,5 milhão.</p>
Clóvis Barbosa de Melo	É formado em direito e especialista em direito constitucional. Foi presidente da OAB-SE e conselheiro federal da OAB.	Secretário municipal de Governo na gestão de José Almeida Lima (PDT) (1994-1996) e procurador-geral de Aracaju (SE) na gestão de Marcelo Deda (PT) (2003-2006), secretário de estadual do Governo		

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		na gestão de Marcelo Deda (2007-2010) e procurador-geral da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi membro do conselho fiscal do e do conselho de administração do Banco do Estado de Sergipe.		
Ulises de Andrade Filho	É formado em administração.	Foi deputado estadual por cinco legislaturas pelo PSDB, de 1991 a 2011. Também exerceu o cargo de secretário estadual da Administração (1993-1994) e secretário especial de Desenvolvimento Regional (1995) e secretário especial de Desenvolvimento Regional e Metropolitano entre (1995-1996).	Pai de Jeferson Andrade, deputado estadual por dois mandatos consecutivos, de 2011 a 2014 pelo PDT e de 2015 a 2018 pelo PSD.	<a href="#">STF - Inquérito nº 3594/2013</a> - É alvo de inquérito que apura crimes da Lei de Licitações e peculato. O conselheiro e o deputado federal André Moura (PSC-SE) são investigados por contratações sucessivas, com dispensa e inexigibilidade de licitação, no período em que ambos exerciam mandatos parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.
Luiz Augusto Carvalho Ribeiro	Formado em economia.	Foi secretário municipal de Educação e Cultura de Lagarto (SE), também foi secretário estadual da Indústria, Comércio e Turismo. Foi presidente do conselho de administração do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe (IPES), presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE) e da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). Foi deputado estadual entre 1979 e 1983 pelo Arena.	Pai de Luiz Augusto Carvalho Ribeiro Filho, o Gustinho Ribeiro, deputado estadual pelo PSD.	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Susana Maria Fontes Azevedo Freitas	Radialista, é formada em direito e pós-graduada em direito público.	Foi vereadora de Aracaju por duas legislaturas (1989-1992/1993-1994), deputada estadual por cinco legislaturas (1995-1998/1999-2003, PSB; 2003-2007, PPS; 2007-2011/2011-2014, PSC). Foi secretária-chefe da Casa Civil do Governo do Estado (1989-1991) e secretária de Governo do município de Aracaju (1998-1999).		<a href="#">TRE-SE - Representação nº 127676.2014.625.0000</a> - É alvo de uma representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por conduta vedada a agente público. Trata-se do esquema de desvio de subvenções da Assembleia Legislativa de Sergipe para a Associação Ala Jovem de Lagarto. A conselheira é apontada como uma dentre os parlamentares que teriam realizado repasses irregulares em período eleitoral.
<i>Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</i>				
Antonio Roque Citadini	Formado em direito, com especialização em direito do trabalho e da segurança social e pós-graduação em direito constitucional. Foi professor, advogado, consultor jurídico da Câmara Municipal de São Paulo (1979-1980). Foi vice-presidente e é conselheiro vitalício do Sport Club Corinthians Paulista. Um dos fundadores do MDB e do PMDB.	Foi assessor jurídico e diretor administrativo da Companhia de Gás de São Paulo (1983-1985), chegando a ser presidente da estatal (1987-1988) durante o governo Quéricia (PMDB). Também foi membro do conselho de administração da Companhia Energética de São Paulo (CESP), Eletropaulo e da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).		
Robson Riedel Marinho	Formado em direito e em ciências sociais, trabalhou como advogado e agente de viagens.	Secretário estadual de Mário Covas (PSDB), comandou a Casa Civil (1995-2001). Deputado federal constituinte (1987-1991) e prefeito de São José dos Campos (1983-1987) pelo PMDB. Foi deputado estadual por dois mandatos (1975-1979/1979-1983) pelo MDB, partido pelo qual foi eleito vereador de São		<a href="#">TJ-SP - Foro Central - Ação civil pública nº 1024754-39.2014.8.26.0053</a> - É réu em ação por improbidade administrativa, que corre sob sigilo de Justiça. Foi acusado de receber propinas pagas pelas empresas ALSTOM e CEGELEC para frustrar

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		José dos Campos por duas vezes (1969-1973/1973-1975).		procedimentos licitatórios referentes a obras do Metrô de São Paulo. A Justiça determinou o bloqueio dos bens do conselheiro, bem como a quebra do sigilo bancário e fiscal. O conselheiro entrou com recursos pedindo afastamento da juíza do caso, que foram negados: <a href="#">STJ - Agravo em recurso especial nº 0144092-91-2011.8.26.0000</a> . Em agosto de 2014, o Tribunal concedeu liminar para afastar Robson Marinho do cargo de conselheiro: <a href="#">TJ-SP - Foro Central - Cautelar inominada nº 1020575-62.2014.8.26.0053</a> . O conselheiro recorreu das decisões que decretaram sua quebra de sigilo bancário e fiscal, seu bloqueio dos bens e seu afastamento do cargo de conselheiro. O STJ indeferiu o pedido em junho de 2014: <a href="#">STJ - Reclamação nº 0126735-36.2014.3.00.0000</a> .
Edgard Camargo Rodrigues	Formado direito, fez especialização em direito administrativo.	Secretário-adjunto dos Governos Orestes Quércia e Luiz Antonio Fleury Filho (1987-1991), e presidente do conselho consultivo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP (1983-1987).		
Renato Martins Costa	Possui graduação em direito. Foi procurador estadual de Justiça entre 1979 e 1994.	Foi secretário-adjunto da Secretaria de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo (1987-1988),		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		durante a gestão de Orestes Quércia. Foi secretário de Estado no governo de Antônio Fleury Filho, entre 1993 e 1994, tendo atuado também como assessor especial do governador.		
Cristiana de Castro Moraes	Graduada em direito e administração, tem pós-graduação em administração de empresas, contabilidade e controle externo, direito público e direito penal. Foi procuradora do Estado de São Paulo e auditora do TCE-SP.			
Dimas Eduardo Ramalho	Graduado em direito. Foi professor de direito, promotor público e procurador da Justiça	Foi eleito deputado estadual três vezes: duas pelo PMDB (1992-1993/ 1995-1999) e uma pelo PPS (1999-2003). Ainda pelo PPS, foi eleito deputado federal três vezes (2003-2007/ 2007-2011/ 2011-2015). Foi secretário estadual adjunto de Esportes e Turismo (1987-1988), vice-presidente da Nossa Caixa (1991-1992), secretário estadual de Habitação de São Paulo (1996-1998) e secretário municipal de Serviços de São Paulo (2007-2009).		
Sidney Estanislau Beraldo	Formado em ciências biológicas e administração de empresas, com pós-graduação em Gestão Empresarial. É proprietário rural.	Foi secretário estadual de Gestão Pública (2007-2010) e chefe da Casa Civil (2011) durante as gestões de José Serra (PSDB) e Geraldo Alckmin (PSDB), respectivamente. Foi eleito deputado estadual por três vezes, pelo PSDB, para as legislaturas		<a href="#">TRE-SP - Prestação de contas nº 13678/2002</a> - As contas de sua campanha eleitoral de 2002 foram reprovadas. O conselheiro entrou com recurso, mas a decisão foi mantida.

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		1999-2003, 2003-2007, 2007-2011. Foi prefeito (1983-1988) e vereador (1977-1982) de São João da Boa Vista.		
<i>Tribunal de Contas do Estado de Tocantins</i>				
José Wagner Praxedes	Formado em economia. Pós-graduado em língua portuguesa, contabilidade pública e administração financeira. Foi auditor do TCE-TO.	Secretário municipal de Administração de Araguatins; secretário de Governo do município de Palmas (1990-1991).		
Napoleão de Souza Luz Sobrinho	Tem curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás e de aperfeiçoamento de oficiais da academia de polícia militar do Ceará, em nível de pós-graduação. Também se graduou em direito.	Ocupou diversos cargos na hierarquia da polícia militar nos Estados de Goiás e do Tocantins, assumindo o Comando-Geral da PM em 1995, cargo que ocupou até 2000. A partir de 1999, também assumiu, cumulativamente, o cargo de secretário da Segurança Pública, que desempenhou até a nomeação como conselheiro do TCE-TO, em 2002.		
Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda Coutinho	Formada em direito e pós-graduada em estudos de política e estratégia, tem MBA em gestão pública com foco em controle externo. Funcionária pública, foi procuradora de contas junto ao TCE-TO			
Severiano José Costandrade de Aguiar	Formado em direito pela Universidade Federal do Piauí. Pós-graduado em administração da educação pela Universidade de Brasília, em direito processual civil pela Universidade Tiradentes e em estudos de política e estratégia	Foi secretário de Desenvolvimento Comunitário de Palmas e secretário estadual do Trabalho e Ação Social (2000-2002).		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente, cursa doutorado em ciências jurídicas e sociais. Atuou como defensor público e procurador do Estado. Em 2010, tomou posse como presidente do Instituto Rui Barbosa - IRB (2010-2013).			
Manoel Pires dos Santos	Formado em direito e pós-graduado em auditoria governamental. Atuou como advogado e analista técnico-jurídico da Secretaria do Interior e Justiça.	Ocupou vários cargos na administração estadual, entre eles a Presidência da Junta Comercial do Tocantins - Jucetins, a Advocacia-Geral do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado e a Secretaria Executiva do Governo.		
André Luiz de Matos Gonçalves	Formado em ciências militares e em direito. Foi oficial do exército de 2000 a 2007, chegando ao posto de capitão. Tornou-se procurador do estado em 2007.	Foi nomeado reitor da Universidade do Tocantins (Unitins) em 2010 no governo de Carlos Gaguim (PMDB). Em 2011 foi nomeado procurador-geral do estado no governo Siqueira Campos (PSDB).		
Alberto Sevilha	Formado em direito e pós-graduado em direito público. Atuou como procurador de contas e advogado. Presidiu a APAE por dois anos. É membro da maçonaria.	Foi procurador-geral de contas do Ministério Público de Contas de 1999 a 2002. Foi assessor especial de conselheiro do TCE e presidente do Conselho Penitenciário de Campos Belos (GO).		
<i>Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia</i>				
Fernando Vita de Souza	Formado em jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuou como jornalista e escritor. Foi assessor de comunicação no Governo da Bahia, durante as gestões de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Paulo Souto (PFL-BA).		É filho do ex-prefeito de Dom Macedo Costa (BA), Edvaldo Oliveira Souza (PFL).	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Raimundo José Almeida Moreira	É formado em economia. Tem pós-graduação em planejamento regional do desenvolvimento e mestrado em desenvolvimento regional e urbano. É servidor público de carreira.	Presidiu o Desenbanco-BA (1991-2000), a Telebahia, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder (1980) e a Associação Brasileira de Instituições de Fomento.		
José Alfredo Rocha Dias	Formado em direito pela Universidade Federal da Bahia, tem especialização em direito constitucional e administrativo. Foi auditor do TCM-BA.	Foi chefe da Casa Civil do Governo da Bahia		
Francisco de Souza Andrade Netto	Formado em direito pela Universidade Federal da Bahia. É delegado de polícia.	Foi secretário estadual de Segurança Pública na gestão de Antônio Carlos Magalhães (PFL, 1991-1994).		
Paolo Marconi	Formado em comunicação, atuou como jornalista.	Foi assessor de comunicação no governo do Estado da Bahia durante a gestão de Antônio Carlos Magalhães (PFL).		
Plínio Carneiro Filho	Formado em direito, com especialização em gestão organizacional pública. Servidor do TCM-BA, ocupou também cargos comissionados no Tribunal. Foi presidente da Rádio Difusora de Serrinha.		É filho de Plínio Carneiro da Silva, ex-conselheiro do TCM e ex-deputado estadual (ARENA).	
Mário Sílvio Mendes Negromonte	Formado em direito, é empresário da construção civil.	Elegeu-se deputado federal cinco vezes: duas pelo PSDB (1995-1999/ 1999-2003), uma pelo PPB (2003-2007) e outras duas pelo PP (2007-2011/2011-2014). Também foi deputado estadual pelo PSDB (1991-1995) e secretário de Transportes de Salvador (1993-1994). Ocupou o posto de ministro das Cidades (2011-2012) do	É casado com a prefeita de Glória (BA), Vilma Negromonte (PP), e pai do deputado federal Mário Negromonte Júnior (PP).	<a href="#">STF - Inquérito nº 3989</a> - É alvo de inquérito relacionado à Operação Lava Jato, referente a crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e formação de quadrilha, no qual também são investigados os senadores Renan Calheiros e Edison Lobão (PMDB) e o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto,

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		governo Dilma Rousseff (PT), mas deixou a pasta devido a denúncia de irregularidades em sua gestão.		condenado a 15 anos de prisão em processo da Lava Jato que tramita na Justiça Federal do Paraná.  <a href="#">STJ - Inquérito nº 1054/2015</a> - Outra ação relacionada à Operação Lava Jato, o conselheiro é investigado por corrupção passiva. De acordo com a acusação, ele teria usado o Ministério das Cidades para negociar propinas durante o processo de escolha da empresa que ficaria responsável pela implementação do sistema nacional de rastreamento de veículos automotores.
<i>Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará</i>				
Francisco de Paula Rocha Aguiar		Foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1987 pelo PMDB, em 1994 foi reeleito pelo PSDB. Foi novamente eleito deputado estadual pelo PPS em 1998 e em 2002.	Filho do ex-deputado estadual Murilo Rocha Aguiar (UDN/PSD/ARENA/PDS/PSD B), que foi prefeito de Camocim. Pai do deputado estadual Sérgio Aguiar (PSB) e sogro da prefeita eleita de Camocim, Mônica Aguiar (PSB). Sobrinho de Francisco Rocha Aguiar (ARENA), ex-deputado estadual, e irmão do ex-prefeito de Camocim, Murilo Rocha Aguiar Filho (PSC).	<a href="#">TJ-CE - Agravo de instrumento nº 0009276-33.2011.8.06.0000</a> - O Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) decidiu que o conselheiro não poderia receber, simultaneamente, aposentadoria de ex-governador e vencimentos do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O TCE-CE havia rejeitado, administrativamente, a concessão da aposentadoria e determinado que a Secretaria da Fazenda realizasse o bloqueio. O conselheiro recorreu à Justiça, com pedido de liminar

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				pela suspensão dos efeitos dessa decisão. A liminar foi concedida. O Estado do Ceará ingressou com agravo de instrumento no TJ-CE, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a acumulação de proventos e vencimentos permanece restrita aos cargos, empregos ou funções passíveis de cumulação quando em atividade, sendo impossível cumular a remuneração de governador do Estado com a de conselheiro do Tribunal de Contas.
José Marcelo Feitosa	Formado em economia.	Suplente de deputado estadual (ARENA), exerceu as atividades parlamentares em 1981. Foi assessor de gabinete do governador César Cals (ARENA), de 1972 a 1975 e diretor da Fundação de Saúde do Estado do Ceará, em 1978, durante a gestão de Valdemar Alcântara (ARENA)	Filho do ex-deputado estadual e federal (ARENA) e escritor Januário Feitosa.	
Hélio Parente de Vasconcelos Filho	Formado em direito, com especialização em direito eleitoral. É advogado e foi servidor público da Assembleia Legislativa. É sócio de um escritório de advocacia que possui diversos contratos com governos de municípios cearenses. Foi advogado de Cid Gomes.	Foi procurador-geral da Assembleia Legislativa do Ceará (2010) e do município de Aquiraz (2004).		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Pedro Ângelo Sales Figueiredo	Formado em direito, foi defensor público na Auditoria Militar Estadual e professor universitário. Foi procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (1995). Foi nomeado conselheiro em 1997 na vaga do Ministério Público.			
Ernesto Saboia de Figueiredo Junior	Formado em direito, contabilidade e administração de empresas. É analista de sistemas.	Foi presidente do Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará (1991-1994) e secretário estadual de Administração (1995-1999) nos governos de Tasso Jereissati (PSDB).	É descendente dos clãs políticos cearenses Saboia e De Paula Pessoa, por parte da avó paterna Antonia Ernestina Saboia de Albuquerque e do avô paterno Antonio de Paula Pessoa Figueiredo, que por sua vez era neto de Francisco de Paula Pessoa, que foi senador do Império. Destes clãs, também fazem parte os conselheiros do TCE-CE Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes e Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa.	
Manoel Beserra Veras	Formado em odontologia. Foi servidor público do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC) na função de dentista até 2003. Exerceu o cargo de diretor do Departamento de Previdência e Assistência Social do IPEC.	Eleito deputado estadual quatro vezes: em 1990 e em 1994 pelo PSDB, em 1998 pelo PPS e em 2002 pelo PSDB. Foi nomeado secretário de Administração do Estado do Ceará (1991-1994) no governo Ciro Gomes.		
Domingos Gomes de Aguiar Filho	Formado em direito pela Universidade Federal do Ceará.	Foi deputado estadual por quatro legislaturas (1995-1999/1999-2003/2003-2007/2007-2010	É filho do ex-prefeito de Tauá (1967-1971/1973-1976) Domingos Gomes de Aguiar,	

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Atuou como advogado e servidor público.	PMDB). Em seguida, foi vice-governador do Ceará na segunda gestão de Cid Gomes (2011-2015, PSB).	também conhecido como "Velho Guerreiro". É casado com a prefeita de Tauá, Patrícia Aguiar (PMDB), pai do deputado federal Domingos Neto (PROS) e primo de Odilon Aguiar (PROS), deputado estadual.	
<b>Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás</b>				
Maria Teresa Fernandes Garrido Santos	Formada em direito. É funcionária de carreira no TCM-GO, tendo integrado o Ministério Público de Contas.			
Honor Cruvinel de Oliveira	Formado em medicina pela Universidade de Coimbra, em Portugal.	Superintendente adjunto da Secretaria de Saúde do Estado e diretor do Hospital Geral de Goiânia (1987-1991), durante a gestão de Henrique Santillo (PMDB); vereador de Goiânia (1993-1996 e 1997-2000). Foi deputado estadual pelo PSDB por três legislaturas (1999-2003/2004-2007/2007-2011) e secretário estadual de Cidadania e Trabalho (1999-2002), no governo de Marconi Perillo (PSDB).		<a href="#">TRE-GO - Prestação de contas nº 9109.1998.609.0000</a> - Teve as contas de campanha de 1998, referente a sua candidatura a deputado estadual, julgadas irregulares.
Francisco José Ramos	Formado em engenharia elétrica, administração de empresas e economia. Servidor público, trabalhou na Petrobrás como engenheiro, no Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio de Brasília, na Companhia de Iluminação de Goiânia, na Companhia de Urbanização de Goiânia e na			

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
	Secretaria da Fazenda do Estado. Foi auditor do TCM-GO durante 11 anos, até sua posse como conselheiro.			
Sebastião Monteiro Guimarães Filho	Tem formação técnica contabilidade. Coordenou a campanha política de Marconi Perillo (PSDB) para governador em 2002.	Elegeu-se deputado estadual pelo PPB (1995-1998 e 1999-2003). Foi secretário estadual dos Transportes (1999-2000) e prefeito de Formosa (GO) pelo PPB (2001-2004) (2005-2008).	Pertence a uma família com tradição política em Formosa (GO). Seu pai Sebastião Monteiro Guimarães foi presidente das extintas UDN e ARENA e do PDS. Seu primo, Hosanah Campos Guimarães, que era vice-governador da região, assumiu o governo após a saída do então governador Jerônimo Coimbra Bueno, em 1950.	<p><a href="#">TRF-1 - Subseção Judiciária de Formosa - Processo nº 4943.20.14.401350-6</a> - Foi condenado a ressarcir o erário pelo dano causado, quando, na qualidade de prefeito de Formosa, deixou de reter e recolher a contribuição previdenciária sobre o valor das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, contribuintes individuais e prestadores de serviços autônomos, no período compreendido de 08/2004 a 12/2007. Embora a ação de improbidade administrativa tenha prescrito, o ressarcimento ao erário é imprescritível. O conselheiro recorre da condenação: <a href="#">TRF-1 - Agravo de Instrumento nº 0016169-72.2015.4.01.0000</a>.</p> <p><a href="#">TJ-GO - Comarca de Formosa - Ação civil pública nº 122529-24.2004.8.09.0044</a> - Foi condenado por improbidade administrativa, às penas de suspensão de direitos políticos por quatro anos, proibição de contratar com o Poder Público</p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
 (data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p>ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por três anos, e pagamento de multa. O Ministério Público estadual havia o acusado de ter utilizado recursos públicos para sua auto-promoção através de propaganda, assim trazendo prejuízo ao erário.</p> <p><a href="#">TJ-GO - Comarca de Formosa - Ação civil pública nº 322549-60.2006.8.09.0044</a> - Em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público estadual, foi condenado à suspensão de direitos políticos por três anos e pagamento de multa civil, por ter contratado ilegalmente sem concurso público, quando prefeito do Município de Formosa. O conselheiro entrou com recurso, mas a condenação foi mantida: <a href="#">TJ-GO - Apelação cível nº 322549-60.2006.8.09.0044</a>. Ainda recorre.</p> <p>Sofre ainda outras cinco ações civis públicas por improbidade administrativa nas Justiças Federal e Estadual:</p> <p><a href="#">TRF-1 - Subseção Judiciária de Formosa - Ação civil pública nº</a></p>

Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas  
 (data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				<p><a href="#">0005351-58.2011.4.01.3506</a> - É réu em ação com dano ao erário movida pela Advocacia Geral da União.</p> <p><a href="#">TRF-1 - Subseção Judiciária de Formosa - Ação civil pública nº 5113.20.14.401350-6</a> - Réu em ação movida pelo MPF por irregularidades e direcionamento em procedimentos de licitação e na má aplicação de recursos recebidos pela Prefeitura Municipal de Formosa, do Ministério da Saúde, para a execução dos programas Atenção Básica à Saúde e Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos durante a gestão do conselheiro.</p> <p><a href="#">TRF-1- Subseção Judiciária de Formosa - Ação civil pública nº 5465.20.14.401350-6</a> - Movida pelo MPF, a ação refere-se a atos de improbidade administrativa com direcionamento e conluio no procedimento licitatório e na apropriação de recursos federais transferidos ao Município de Formosa pelo Ministério da Educação, por meio de convênios e repasses diretos em contas bancárias, no montante de R\$ 1.165.138,37,</p>

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
				durante a gestão do conselheiro.  <a href="#">TJ-GO - Comarca de Formosa - Ação civil pública nº 230314-98.2011.8.09.0044</a> - Movida pelo MPE.  <a href="#">TJ-GO - Comarca de Formosa - Ação civil pública nº 365450-72.2008.8.09.0044</a> - Movida pelo MPE.
Nilo Sérgio de Resende Neto	Possui ensino superior incompleto.	Foi deputado estadual em Goiás pelo PFL e pelo DEM (1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011/ 2011-2015). Assumiu a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo em Goiás em 2011.	Filho de Onício Resende, prefeito de Quirinópolis por duas vezes pelo PFL, e irmão do ex-deputado estadual e prefeito eleito de Quirinópolis por três vezes, Odair de Resende, pelo PFL e pelo DEM.	
Daniel Augusto Goulart	Foi diretor-presidente das empresas Goyatel Telefonia Ltda, Trans-G Ltda e Agecom.	Foi deputado estadual pelo PSDC (2003-2007) e pelo PSDB (2007-2011). Foi vice-prefeito de Rubiataba, Goiás (1989-1993), e secretário de Articulação Institucional de Goiás. Foi presidente do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado e secretário adjunto de articulação política do governo de Goiás (2000-2001).		
Joaquim Alves de Castro Neto	Graduado em direito, atuou como advogado. Em 2007, presidiu a Associação Goiana dos Municípios (AGM).	Foi prefeito do município de Jussara (GO) por dois mandatos consecutivos (2001-2004; 2005-2008, PSDB). Também foi deputado estadual (2011-2015, PPS/PSD). De 2013 a 2014, foi		<a href="#">TRF-1 - Seção Judiciária de Goiás - Ação civil pública nº 0032669-92.2015.4.01.3500</a> - É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário movida pelo

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
		secretário estadual de Articulação Institucional, sob a terceira gestão de Marconi Perillo (2011-2015, PSDB)		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referente a convênio firmado com o município de Jussara.
<i>Tribunal de Contas dos Municípios do Pará</i>				
José Carlos Araújo	Formado em psicologia.	Foi vereador e deputado estadual pelo PSDB (1999-2003/ 2003-2007).	É pai do ex-vereador de Belém e atual deputado estadual Thiago Araújo (PPS).	
Mara Lúcia Barbalho da Cruz	Formada em direito. Foi procuradora do Ministério Público junto ao Conselho de Contas dos Municípios.	Foi procuradora-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (2003-2005/2005-2007).	É irmã de Jader Barbalho (PMDB), ex-governador do Pará, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário e da Previdência Social durante a gestão Sarney; é tia de Helder Barbalho (PMDB), ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos e ex-prefeito de Ananindeua (2005–2008); filha de Laércio Barbalho, que foi deputado estadual pelo (PSD).	
Sebastião Cezar Leão Colares	É formado em direito pela Universidade Federal do Pará.	Em 1992, foi eleito prefeito de Santa Bárbara. Foi eleito deputado estadual pelo PSDB pela primeira vez em 1998 e foi reeleito pelo mesmo partido em 2002 e 2006.		<a href="#">TRE-PA - Prestação de contas nº 177149.2002.614.0000</a> - Teve a prestação das contas da campanha eleitoral de 2002 julgada irregular. Recorreu da decisão, que foi mantida: <a href="#">TSE - Agravo nº 31605.2003.600.0000</a> . Entrou com um agravo no STF, que teve negado o seguimento: <a href="#">STF - Agravo nº 476020/2003</a> .
Antônio José Costa de Freitas Guimarães	É engenheiro florestal e técnico de carreira do Ibama.	Secretário extraordinário de Assuntos Institucionais do estado		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Aloísio Augusto Lopes Chaves	Formado em direito, atuou como advogado.	Foi secretário de Estado do Pará (1998-2002) durante o segundo mandato de Almir José de Oliveira Gabriel (PSDB).	do Pará (2011-2012), na gestão de Simão Jatene (PSDB). É filho do ex-governador, ex-senador e ex-deputado federal Aloysio Chaves, que foi também presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT) e reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Seu irmão, Antonio Sérgio Lopes Chaves, atua como assessor especial do governador Simão Jatene (PSDB).	
Luis Daniel Lavareda Reis Junior	Formado em direito, é especialista em direito municipal pela Universidade Federal do Pará. Foi conselheiro e diretor secretário-adjunto da Ordem dos Advogados do Brasil (PA), auditor e presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Pará, e advogado do TCM-PA.			
Francisco Sérgio Belich de Souza Leão	Formado em economia.	Foi presidente da Comissão de Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado do Pará na gestão de Almir José de Oliveira Gabriel (PSDB). Foi secretário de Governo e secretário especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (2011-2012) na gestão de Simão Jatene (PSDB)		<a href="#">STJ - Inquérito nº 465/2004</a> - É alvo de inquérito referente a crimes de corrupção ativa e passiva, junto ao atual governador do Pará, Simão Jatene. Trata-se do "Caso Cerpasa", no qual Jatene, então candidato ao governo do Pará, teria articulado uma rede de trocas de favores com a Cervejaria Paraense S/A, favorecida mediante fraudes e

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
<p>sonegação fiscal em troca de recursos repassados ilegalmente para a campanha. À época, o conselheiro Sérgio Leão presidia a Comissão Estadual de Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-econômico.</p>				
<i>Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro</i>				
Thiers Vianna Montebello	Formado em direito. Foi policial.	Foi eleito vereador do Rio de Janeiro em 1992 pelo PMDB. Foi diretor na Acadepol, no Departamento de Polícia do Interior e presidente do Detran-RJ.	Sua filha, Marianna Montebello Willeman, foi procuradora do Ministério Público de Contas do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido nomeada conselheira do TCE-RJ em 2015, pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB). Seu genro, Flávio Willeman, é desembargador do TRE-RJ.	
José De Moraes Correia Neto	É formado em administração.	Foi secretário especial do governo do Piauí (1987-1990). Foi eleito vereador pela primeira vez no município do Rio de Janeiro em 1993, sendo reeleito por mais duas legislaturas.		
Luiz Antônio Chrispim Guaraná	Não possui graduação em ensino superior.	Foi subprefeito da região da Barra e de Jacarepaguá, além de secretário chefe da Casa Civil, secretário municipal de Obras e secretário chefe do Gabinete do Prefeito. Foi vereador do município do Rio de Janeiro por quatro legislaturas (2001-2004, PTB; 2005-2008, PSDB; 2009-2012, PSDB, 2012-2014, PMDB).		<a href="#">TJ-RJ – Comarca da Capital - Processo nº 0133148-22.2011.8.19.0001</a> - Investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por improbidade administrativa com enriquecimento ilícito. A Justiça determinou a quebra dos seus sigilos bancário e fiscal por indícios de incompatibilidade

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

Conselheiro / Ministro	Dados	Cargos	Parentesco	Processos
Antonio Carlos Flores De Moraes	Formado em direito com especialização em advocacia da empresa. É doutor em direito. Professor universitário de direito. Exerceu o cargo de membro do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho entre 1974 e 1985.	Foi secretário municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, entre 1986 e 1988.		patrimonial em 1999, 2001 e 2002
Nestor Guimarães Martins Da Rocha	É formado em administração de empresas. É presidente do Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Café (PRESERVALE).	Foi eleito vereador no Rio de Janeiro em 1982, cargo que ocupou por 17 anos pelo PDT. Também foi secretário estadual de Turismo no primeiro governo de Leonel Brizola.		
Ivan Moreira dos Santos	É formado em direito.	Foi vereador por quatro vezes consecutivas entre 1991 e 2007, pelos partidos PMN, PL, PFL e DEM.		
<i>Tribunal de Contas do Município de São Paulo</i>				
Edson Emanuel Simões	É geógrafo.	Vereador pelo PMDB em 1983. Foi assessor especial do Governo do Estado para assuntos do município na gestão de Franco Montoro (PMDB, 1983-1987).		
Roberto Tanzi Braguim	Formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica-SP em 1985.	Chefe de gabinete do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta (1993-1998).		
Maurício Faria Pinto	Trabalhou na administração Celso Daniel (PT), em Santo André, como coordenador do projeto Eixo Tamanduatehy (1998-2000).	Foi vereador de São Paulo por duas legislaturas (1989-1992, 1993-1996, PT). De 2001 a 2002, foi presidente da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb), extinta em 2009.		

**Tabela X – Ocorrências dos conselheiros, por Tribunal de Contas**  
(data de finalização: para TCU, Mar.2016; para os demais, Out.2015)

<b>Conselheiro / Ministro</b>	<b>Dados</b>	<b>Cargos</b>	<b>Parentesco</b>	<b>Processos</b>
Domingos Odone Dissei	É engenheiro civil formado pela Escola de Engenharia Mauá com especialização em construção de conjuntos habitacionais populares.	Em 1997 foi eleito vereador pela primeira vez na cidade de São Paulo, mas em 2009 foi cassado. Foi secretário das administrações regionais.		
João Antonio da Silva Filho	Formado em direito, possui mestrado em filosofia do direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).	Foi vereador de São Paulo por três legislaturas consecutivas (2001-2004/ 2005-2008/ 2009-2010, PT). Em seguida, foi eleito deputado estadual (2011-2014, PT), tendo atuado como secretário municipal de Relações Governamentais, sob a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016, PT).		